

FONPLATA - Banco Multilateral de Desenvolvimento

**Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31
de dezembro de 2023 e 2022,
com o relatório dos auditores independentes**

FONPLATA - Banco Multilateral de Desenvolvimento

**Demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.**

Conteúdo:

Relatório de revisão das demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração da evolução do patrimônio líquido

Notas explicativas das demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À Assembleia de Governadores,
FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA
(FONPLATA) - Banco Multilateral de Desenvolvimento

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras do **FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA - Banco Multilateral de Desenvolvimento** (denominado FONPLATA), que incluem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 as demonstrações dos resultados abrangentes, a evolução do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa no exercício findo nessa data, assim como as notas explicativas das demonstrações financeiras, que incluem informações das políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma adequada, em todos os seus aspectos materiais, a posição financeira do FONPLATA em 31 de dezembro de 2023, bem como os resultados abrangentes e fluxos de caixa do exercício findo na referida data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Base para opinião

Conduzimos nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (*International Standards on Auditing - ISA*). Nossas responsabilidades de acordo com essas normas são descritas na seção "Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras" de nosso relatório. Somos independentes da empresa, em conformidade com o Código Internacional de Ética para Profissionais da Contabilidade (incluindo as Normas Internacionais de Independência) (Código de Ética do IESBA), e com os requisitos de ética aplicáveis à nossa auditoria das demonstrações financeiras no México pelo Código de Ética Profissional do Instituto Mexicano de Peritos-Contadores (Código de Ética do IMCP). Além disso, agimos de acordo com as demais responsabilidades de ética de acordo com esses requisitos e com o Código de Ética do IESBA.

Consideramos que a evidência de auditoria que obtivemos proporciona base suficiente e adequada para emitir nosso parecer.

Assuntos-chave de auditoria

Os assuntos-chave de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Tais assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e da formação de nossa opinião sobre eles; não expressamos parecer em separado sobre esses assuntos. Para cada assunto-chave da auditoria, descrevemos como foi abordado no contexto desta auditoria.

Cumprimos as responsabilidades descritas na seção “Responsabilidades do auditor” em relação à auditoria das demonstrações financeiras de nosso relatório, incluindo aquelas relacionadas com esses assuntos. Em consequência, nossa auditoria aplicou procedimentos concebidos para responder a nossa avaliação dos riscos de distorções materiais nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos de auditoria, incluindo os procedimentos realizados para responder aos assuntos descritos abaixo, fornecem as bases para nosso parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras anexas.

Avaliação dos instrumentos de *hedge*

Descrição e razão para considerá-lo assunto-chave de auditoria

Consideramos assunto-chave a avaliação dos instrumentos de *hedge* e sua classificação porque a Administração usa técnicas de avaliação que envolvem julgamentos quando é preciso usar insumos de fontes diversas e modelos complexos de avaliação, portanto, requerem o envolvimento de nossos especialistas para validá-lo.

Nas Notas 4.10 e 8.5 (ii) e (iii) das demonstrações financeiras anexas até 31 de dezembro de 2023 é descrita a política contábil aplicada às técnicas de validação e os supostos usados no reconhecimento dos investimentos em instrumentos de cobertura, bem como sua integralização.

Como respondemos ao assunto-chave da auditoria

A compreensão do processo do ambiente de controle estabelecidos pelo FONPLATA sobre o processo de validação de investimentos em instrumentos de cobertura fez parte dos procedimentos de auditoria, da mesma forma que a inspeção da origem contratual das transações e dos contratos de financiamento, bem como dos respectivos contratos derivativos e a avaliação do critério de contabilização dos instrumentos financeiros como “*Hedge* de fluxo de caixa ou de valor justo”.

Nossos especialistas revisaram a razoabilidade da avaliação dos instrumentos financeiros derivativos de cobertura, inspecionaram o cálculo do valor justo dos derivativos, por meio da seleção adequada das curvas de valor, e obtiveram das contrapartes a confirmação dos saldos de garantia no encerramento do exercício.

A avaliação da adequação das divulgações relacionadas com os instrumentos financeiros de cobertura nas demonstrações financeiras anexas até 31 de dezembro de 2023 também fez parte desses procedimentos.

Responsabilidades da Administração e dos responsáveis pela governança do FONPLATA em relação às demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras do FONPLATA em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a preparação das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, devido a fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável por avaliar a capacidade do FONPLATA de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do FONPLATA são encarregados da supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeira do Banco.

Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras em seu conjunto estão livres de distorção relevante, decorrentes de fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável confere alto grau de segurança, porém, não garante que uma auditoria conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria Financeira sempre consiga detectar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes se, individualmente ou em conjunto, podem influenciar as decisões econômicas que os usuários possam tomar com base nas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria Financeira, exercemos nosso julgamento profissional e mantemos sempre atitude de ceticismo profissional. Ademais:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, planejamos e aplicamos procedimentos de auditoria para responder a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção relevante devida à fraude é maior do que de uma distorção relevante devida a erro, pois a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias e não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis aplicadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se há incerteza relevante relacionada a eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional do FONPLATA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria sobre as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se essas divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas na evidência de auditoria obtida até a data de nosso relatório de auditoria. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se estas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos aos responsáveis pela governança do FONPLATA, entre outras questões, o alcance planejado, a época da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, bem como quaisquer deficiências significativas nos controles internos identificados durante o curso da auditoria.

Também fornecemos aos responsáveis pela governança do Banco declaração de que cumprimos os requisitos éticos aplicáveis em relação à independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos e outras questões que podem afetar razoavelmente a nossa independência e, quando apropriado, as salvaguardas correspondentes.

Entre os assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança do FONPLATA, identificamos os mais relevantes na auditoria das demonstrações financeiras do exercício em curso e que são, por conseguinte, os assuntos-chave da auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que disposições legais ou regulamentares proibam sua divulgação pública ou, em circunstâncias extremamente raras, determinemos que um assunto não deva constar de nosso relatório porque é razoável esperar que as consequências adversas de fazê-lo constar superem os benefícios de interesse público daí decorrentes.

O sócio responsável por esta auditoria assina abaixo.

Este Relatório do Auditor Independente e as demonstrações financeiras que o acompanham foram traduzidos para o português apenas por conveniência.

Mancera, S.C.
Integrante da
Ernst & Young Global Limited



C.P.C. José Luis Loaeza Leyva

Cidade do México,
23 de fevereiro de 2024

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de dólares estadunidenses)

	<u>2023</u>	Em 31 de dezembro de		<u>2022</u>
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa – Notas 8.1 e 8.3		324.216		217.589
Investimentos				
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – Nota 8.2	376.448		338.850	
Ao custo amortizado	<u>30.000</u>	406.448	<u>-</u>	338.850
Carteira de empréstimos – Nota 8.4		1.853.302		1.744.396
Juros acumulados				
De investimentos – Notas 8.2 e 8.3	3.292		1.374	
De empréstimos – Nota 8.4	<u>39.466</u>	42.758	<u>28.182</u>	29.556
Outros ativos				
Hedges de valor justo – Nota 8.5 (ii)	6.799		5	
Propriedades e equipamentos, líquido – Nota 9.1	5.216		5.679	
Diversos – Nota 9.2	<u>1.398</u>	13.413	<u>1.088</u>	6.772
Total do ativo		<u><u>2.640.137</u></u>		<u><u>2.337.163</u></u>
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivos				
Dívidas – Nota 8.5	1.050.047		975.343	
Outros passivos – Nota 9.3	16.033		10.294	
Fundos especiais – Nota 8.6	<u>24.507</u>		<u>22.635</u>	
Total do passivo		<u><u>1.090.587</u></u>		<u><u>1.008.272</u></u>
Patrimônio Líquido				
Capital – Nota 10.1				
Autorizado	3.014.200		3.014.200	
Menos exigível	<u>(1.665.000)</u>		<u>(1.665.000)</u>	
Capital em dinheiro	1.349.200		1.349.200	
Capital em dinheiro a ser integralizado	<u>(138.833)</u>	1.210.367	<u>(267.540)</u>	1.081.660
Reserva geral – Nota 10.3		246.910		203.595
Outras reservas – Nota 10.2		210		(3.979)
Resultados acumulados – Nota 10.3		<u>92.063</u>		<u>47.615</u>
Total do patrimônio líquido		<u><u>1.549.550</u></u>		<u><u>1.328.891</u></u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>2.640.137</u></u>		<u><u>2.337.163</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luciana Botafogo Brito
PRESIDENTE-EXECUTIVA

Antonio Mullisaca Díaz
PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
VICE-PRESIDENTE DE FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES (DRA)
 (Em milhares de dólares estadunidenses)

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de	2023	2022
RECEITAS – Nota 11			
Carteira de Empréstimos			
Juros		139.352	69.613
Outras receitas de empréstimos		7.344	5.900
		146.696	75.513
Investimentos			
Juros		28.871	2.096
Outros		861	13
		29.732	2.109
Receitas financeiras		176.428	77.622
DESPESAS			
Juros e custo da dívida		(65.352)	(25.176)
Receitas financeiras líquidas		111.076	52.446
Outras receitas/despesas		(754)	7.390
Receitas antes de provisões e despesas administrativas		110.322	59.836
Provisão p/perdas esperadas em empréstimos – Notas 3 e 8.4		(5.891)	(1.171)
Receitas depois da provisão p/perdas esperadas em empréstimos		104.431	58.665
Despesas administrativas – Nota 12		(12.368)	(11.050)
Receita líquida		92.063	47.615
<i>Rubricas que podem ser reclassificadas na Demonstração de Resultados do Exercício (DRE)</i>			
Alterações no valor justo dos investimentos		4.213	1.191
Perdas/Ganhos em operações de <i>hedge</i> de fluxo de caixa		-.-	3.578
<i>Rubricas que não serão reclassificadas na Demonstração de Resultados do Exercício (DRE)</i>			
Reavaliação técnica de propriedades		(24)	(93)
Resultados abrangentes		96.252	52.291

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luciana Botafogo Brito
PRESIDENTE-EXECUTIVA

Antonio Mullisaca Díaz
PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
VICE-PRESIDENTE DE FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)
 (Em milhares de dólares estadunidenses)

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de	
	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Empréstimos		
Desembolsos	(291.890)	(354.629)
Caixa recebido das amortizações	175.507	113.387
Desembolsos líquidos	<u>(116.383)</u>	<u>(241.242)</u>
Caixa recebido de juros e outros encargos	136.999	57.346
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	<u>20.616</u>	<u>(183.896)</u>
Outros fluxos operacionais:		
Pagamento de salários, auxílios e outras despesas de pessoal	(7.238)	(7.564)
Pagamento de despesas administrativas	(3.656)	(3.369)
Aumento de saldos com provedores, fundos especiais e outros	<u>(1.717)</u>	<u>(1.347)</u>
Fluxo de caixa líquido de outras atividades operacionais	<u>(12.611)</u>	<u>(12.280)</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	<u>8.005</u>	<u>(196.176)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa recebido de dívida contratada	114.365	169.114
Garantia recebida em derivativos para proteção	57.470	(44.460)
Amortizações e serviços da dívida	<u>(165.081)</u>	<u>(84.285)</u>
Fluxos líquidos do endividamento para financiamento de empréstimos	6.754	40.369
Cobrança de subscrições de capital em dinheiro	<u>128.707</u>	<u>75.193</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	<u>135.461</u>	<u>115.562</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cobrança de juros e outros de investimentos	26.696	2.861
(Aquisição) ou venda de investimentos, líquida	(63.385)	166.980
Receitas da venda de salas comerciais	-	225
Despesas de capital	<u>(150)</u>	<u>(124)</u>
Fluxo de caixa líquidos das atividades de investimento	<u>(36.839)</u>	<u>169.942</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	106.627	89.328
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>217.589</u>	<u>128.261</u>
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>324.216</u>	<u>217.589</u>

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luciana Botafogo Brito
 PRESIDENTE-EXECUTIVA

Antonio Mullisaca Díaz
 PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
 CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
 VICE-PRESIDENTE DE FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
 (Em milhares de dólares estadunidenses)

	<u>Capital em dinheiro</u>	<u>Reserva geral</u>	<u>Reserva de alterações no valor dos investimentos a valor justo</u>	<u>Reserva de alterações no valor das operações de proteção do fluxo de caixa</u>	<u>Reserva para reavaliação de propriedades</u>	<u>Resultados acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.006.467	183.165	(5.806)	(3.578)	729	24.030	1.205.007
Aumento de capital – em dinheiro	75.193	-	-	-	-	-	75.193
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva legal	-	20.430	-	-	-	(20.430)	-
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FOCOM)	-	-	-	-	-	(3.100)	(3.100)
Programa de Cooperação Técnica (PCT)	-	-	-	-	-	(500)	(500)
Receita líquida do exercício	-	-	-	-	-	47.615	47.615
Resultados abrangentes do exercício	-	-	1.191	3.578	(93)	-	4.676
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.081.660</u>	<u>203.595</u>	<u>(4.615)</u>	<u>-</u>	<u>636</u>	<u>47.615</u>	<u>1.328.891</u>
Saldos em 1 de janeiro de 2023	<u>1.081.660</u>	<u>203.595</u>	<u>(4.615)</u>	<u>-</u>	<u>636</u>	<u>47.615</u>	<u>1.328.891</u>
Aumento de capital – em dinheiro	128.707	-	-	-	-	-	128.707
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva legal	-	43.315	-	-	-	(43.315)	-
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FOCOM)	-	-	-	-	-	(4.300)	(4.300)
Receita líquida do exercício	-	-	-	-	-	92.063	92.063
Resultados abrangentes do exercício	-	-	4.213	-	(24)	-	4.189
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.210.367</u>	<u>246.910</u>	<u>(402)</u>	<u>-</u>	<u>612</u>	<u>92.063</u>	<u>1.549.550</u>

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luciana Botafogo Brito
PRESIDENTE-EXECUTIVA

Antonio Mullisaca Díaz
PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
VICE-PRESIDENTE DE FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
NOTAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Ao longo de todo o texto, os valores são expressos em milhares de dólares estadunidenses)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, doravante e para todos os efeitos denominado “FONPLATA” ou o “Banco”, é um banco multilateral de desenvolvimento, com personalidade jurídica internacional, com duração indefinida, que se rege pelas disposições de seu Convênio Constitutivo e seus Regulamentos. Sua sede principal está localizada na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia, e seus escritórios de ligação, nas cidades de Assunção, República do Paraguai, desde 1989; Buenos Aires, República Argentina, desde meados de 2018; Montevideú, República Oriental do Uruguai, inaugurado em dezembro de 2019; e Brasília, República Federativa do Brasil, desde março de 2021. Os escritórios de ligação fazem parte da estratégia do Banco de estabelecer fortes laços de trabalho e de relacionamento com seus países membros.

O Banco é formado pelos governos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, doravante denominados “membros fundadores”, com base no Tratado da Bacia do Prata, assinado em 23 de abril de 1969, que possibilitou sua consolidação e reconhecimento como personalidade jurídica em 14 de outubro de 1976, com a entrada em vigor de seu Convênio Constitutivo.

Foi criado por seus membros fundadores com firme espírito de cooperação e solidariedade, convencidos de que unicamente por meio da ação conjunta seria possível atingir o desenvolvimento harmônico, inclusivo e sustentável, de forma a favorecer a melhor inserção na região e no mercado mundial.

A relação entre os membros fundadores do Banco é muito próxima, pois compartilham diversos ecossistemas, tais como os sistemas hidrográficos e energéticos, as redes de transporte aéreo, fluvial, terrestre e outros sistemas de comunicação.

Algumas das principais funções do Banco são: a concessão de empréstimos, garantias e avais; a obtenção de empréstimos externos com a responsabilidade solidária de seus ativos líquidos; o financiamento de estudos de pré-investimento para identificar oportunidades de investimento ou projetos que venham a potencializar o desenvolvimento e a integração de seus países membros nos âmbitos regional e global; o financiamento e a contratação de assistência e assessoria técnica; bem como outras que propiciem o melhor cumprimento de seus objetivos.

Em 9 de novembro de 2018, a Assembleia de Governadores, reafirmando seu apoio à gestão e ao crescimento contínuo do Banco, aprovou alterações ao Convênio Constitutivo para modernizá-lo e potencializar sua capacidade e relevância como parceiro eficaz de seus países membros, contribuindo para seu desenvolvimento e sua integração nos âmbitos regional e global. As alterações aprovadas abrangem vários aspectos: i) alteração de sua natureza jurídica de “fundo” para “banco multilateral”; ii) mudança subsequente de sua denominação, para ser reconhecido formalmente como “FONPLATA” ou o “Banco”; iii) alteração de seu objeto para ampliar seu alcance, passando do conceito estritamente geográfico para outro que abrange a região de seus países membros e sua integração ao mercado global; iv) ampliação dos membros a partir de seus membros “fundadores”, reconhecendo a possibilidade de participação no capital de outros países ou órgãos “não fundadores”; v) denominação do capital como “capital autorizado”, com valor inicial de USD 3.014.200, composto de 301.420 ações, com valor nominal de USD 10 cada, com direito a um (1) voto por ação na série de ações classe “A”, correspondente aos membros fundadores. Além disso, foi determinado que ações classe “B”, destinadas a membros não fundadores, também comporiam o capital autorizado. O capital autorizado inicial constitui-se em sua

totalidade de ações classe “A”, compostas de 134.920 ações de capital em dinheiro, totalizando USD 1.349.200, e 166.500 ações de capital exigível, no total de USD 1.665.000. As ações classe “B” serão emitidas após o aumento do capital autorizado e no número que corresponder à percentagem de participação, no momento da incorporação de novos membros.

Ambas as séries de ações foram emitidas a partir do momento no qual as alterações ao Convênio Constitutivo entraram em vigor nos países membros fundadores, em 27 de janeiro de 2024, data da entrada em vigor do novo Convênio Constitutivo, após sua ratificação ter sido completada pelo Brasil e informada oficialmente ao Banco em 27 de dezembro de 2023 (Notas 10 e 18).

A administração do Banco está focada no planejamento estratégico e na gestão por resultados. O Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013—2022 constitui o instrumento de planejamento estratégico desenhado para conduzir, supervisionar e prestar contas dos resultados da gestão do Banco. O PEI e suas atualizações de 2017, que abrangem o período 2018—2022, e sua atualização mais recente, que abrange o período 2022—2026, foram aprovados pela Assembleia de Governadores em setembro de 2021. Complementarmente, o Banco elabora um Documento de Programas e Orçamento (DPP, na sigla em espanhol), que inclui os resultados a serem atingidos em período de três anos, bem como as atividades necessárias e seus custos, formando assim o orçamento de despesas administrativas e o orçamento de investimentos de capital. O DPP para o período 2024—2026, foi aprovado pela Assembleia de Governadores em 1 de dezembro de 2023, e o montante do orçamento em vigor para 2024 foi confirmado pela Diretoria-Executiva por delegação da Assembleia de Governadores em 21 de fevereiro de 2024, a fim de acompanhar o modelo de crescimento estabelecido no DPP, que inclui a Argentina como membro pleno.

Em 10 de abril de 2023, a Assembleia de Governadores designou Luciana Botafogo Brito Presidente-Executiva do FONPLATA para o período 2023—2028 e, em 11 de abril 2023, aprovou as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOTA 2 – MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS DURANTE O EXERCÍCIO

Os próximos parágrafos apresentam as atividades operacionais e financeiras mais relevantes realizadas pelo Banco que contribuíram de forma direta para o aumento de seus ativos financeiros líquidos e a geração de receitas líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

- A receita de empréstimos foi determinada em 94% pelo aumento das taxas de juros e, em 6%, pela diferença positiva entre os desembolsos e as amortizações do principal, que totalizaram USD 116.383, conforme mostrado na demonstração dos fluxos de caixa. O aumento das taxas de juros é produto do esforço das economias mais desenvolvidas para neutralizar pressões inflacionárias como resultado da disrupção das cadeias de produção e abastecimento mundiais durante a pandemia da COVID-19, seguida da disrupção do comércio internacional causada pela invasão russa à Ucrânia e aprofundada pela instabilidade derivada do conflito no Oriente Médio. A taxa SOFR (*Secured Overnight Financing Rate*), que em 2021 estava a 5 pontos base, durante 2022 aumentou 425 pontos base e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, aumentou mais 108 pontos base. Espera-se que o ciclo de contração monetária iniciado pelo *Federal Reserve* dos Estados Unidos em 2022 esteja próximo de terminar. A taxa de juros, no entanto, deve se manter nos níveis atuais enquanto não houver evidência conclusiva de desaceleração da taxa de inflação geral, e sobretudo do núcleo da inflação, para a meta, de em torno de 2%. Em 31 de dezembro de 2023, cerca de 97% dos contratos de empréstimo têm a SOFR composta como taxa de referência. As médias acumuladas das taxas SOFR,

LIBOR e LIBOR sintética no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram 790, 740 e 830 pontos base, respectivamente, com média ponderada de 780 pontos base, sensivelmente superior à do exercício 2022, de 393 pontos base. Isso se explica pelo processo de adoção gradual da taxa SOFR e pelo fato de que se aplica a taxa LIBOR de 6 meses na modalidade de semestre vencido, ou seja, correspondente à taxa em vigor no semestre imediatamente anterior. Com exceção dos contratos de empréstimo para municípios do Brasil, o processo de adoção da taxa SOFR para todos os financiamentos concedidos pelo Banco foi completado em 31 de dezembro de 2023.

- Como parte de sua estratégia de minimizar os riscos de exposição a mudanças nas taxas de câmbio e de juros, e de acordo com suas políticas, o Banco concede e denomina seus financiamentos em dólares estadunidenses e, até 31 de dezembro de 2021, usou a taxa LIBOR de 6 meses como taxa de referência. Para todos os financiamentos aprovados a partir de 2022, o Banco adotou a taxa SOFR composta como taxa de referência. Além disso, para empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2021, e como consequência da substituição da taxa LIBOR pela SOFR, o Banco acordou com seus países membros a adoção voluntária da taxa SOFR composta, mais margem de ajuste¹. Os contratos de empréstimo que não passaram para a SOFR composta até 30 de junho de 2023, data da descontinuação da publicação da LIBOR, incorrem em juros com base na taxa LIBOR sintética, que é baseada na Term SOFR.
- Antes da descontinuação da taxa LIBOR, o Banco, de comum acordo com seus países membros, substituiu esta taxa em todos os seus contratos de empréstimo com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai (31 de dezembro de 2022, 64 contratos de empréstimo tinham como base a taxa SOFR composta, no valor total de USD 1.040.568, e 52 contratos de empréstimo, no valor de USD 712.276, ainda usavam a taxa LIBOR de 6 meses). Em 31 de dezembro 2023, o Estado Plurinacional da Bolívia, por meio da Lei Orçamentária nº 1546, aprovou a alteração dos contratos de empréstimo, possibilitando a adoção da taxa SOFR composta nos contratos mantidos com o Banco. A migração de 15 dos 16 contratos em vigor ocorrerá a partir de 10 de janeiro de 2024, e o contrato restante, a partir de 14 de março de 2024. A carteira de empréstimos em vigor com a Bolívia totaliza USD 440.617 que, em média, incorrem em juros com base em taxa LIBOR sintética de 6 meses a 830 pontos base. Esse saldo da carteira inclui uma operação no valor de USD 35.324, que incorre em juros sob a LIBOR de 6 meses e que passará para a taxa SOFR composta em 10 de janeiro de 2024. No que diz respeito à carteira em vigor com o Brasil, é composta de 22 operações que totalizam USD 258.258. Dos contratos de empréstimo com o Brasil, 91% já passaram para a taxa SOFR composta. Restam 9% que correspondem a operações no valor de USD 9.625, referentes a financiamentos concedidos a prefeituras e municípios e que devem passar para a taxa SOFR composta nos próximos meses. Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2023, o Banco aprovou 10 operações de financiamento com garantia soberana, no valor de USD 534.296 (2022 – USD 456.000 em 12 operações com garantia soberana), e duas operações sem garantia soberana, no valor de USD 44.000 (2022 – USD 0). Além disso, foram desembolsados USD 291.728, incluindo USD 59.500 sem garantia soberana (2022 – USD 354.629, incluindo USD 10.000 em empréstimos sem garantia soberana), e recebidos USD 175.507 a título de amortizações do principal, dos quais USD 37.167 correspondem a empréstimos sem garantia soberana (2022 – USD 107.387 a título de amortização do principal em empréstimos com garantia soberana).

¹ A margem de ajuste, que é de 42.826 pontos base, foi determinada pelo ARRC (*Alternative Reference Rate Committee*) em março de 2021.

- Conforme explicado em mais detalhe na próxima subseção e na Nota 3 – Determinação de Receitas, durante o exercício de 2023, a taxa de referência dos empréstimos aumentou de forma constante. Isso possibilitou recuperação das receitas por empréstimos ao nível anterior à pandemia, em termos percentuais, e contribuiu para que o Banco alcançasse nível de receitas financeiras líquidas 125% mais alto que o registrado em 2022 reforçando assim seu robusto perfil financeiro.
- Os custos financeiros aumentaram em média 380 pontos base, produto do rápido aumento das taxas de juros. Esse aumento ultrapassa em 8 pontos base o aumento médio obtido nos juros e nas taxas dos empréstimos. Em dezembro de 2022, de comum acordo com suas contrapartes, o Banco converteu as operações de *swap* referentes às dívidas captadas por meio da emissão de títulos no mercado suíço, FONPLATA24 e FONPLATA28, da taxa LIBOR de 6 meses para a taxa SOFR composta. Esta mudança ocorreu em março e junho de 2023, respectivamente. O título FONPLATA26 migrou para a taxa SOFR composta no final do terceiro trimestre de 2023, seguindo as cláusulas de *fallback*. Por sua vez, as operações de *hedge* referentes aos títulos sustentáveis emitidos no Japão em março de 2023 foram contratadas sob a taxa SOFR. Por fim, as operações de *hedge* cambial e de taxa correspondentes à dívida captada em dezembro de 2022 contra a linha de crédito contratada com a AFD no final de 2022, com a taxa Euribor, e à dívida captada com a KfW em Euros, em 24 de agosto de 2023, foram convertidas para a taxa SOFR composta.
- De acordo com suas políticas e procedimentos para a manutenção de ativos líquidos e dívidas, em 24 de março de 2023, o Banco realizou emissão privada de títulos sustentáveis no Japão, captando JPY 7.200.000, equivalentes a USD 54.022, e captou recursos por meio de linhas de crédito no valor de USD 60.344, do total de USD 114.366, e amortizou dívidas e linhas de crédito no valor total de USD 104.592 (2022 – USD 66.016).

A tabela a seguir apresenta a comparação do saldo pendente de quitação de dívidas assumidas em relação a empréstimos, linhas de crédito e as quatro emissões de títulos realizadas até a data de publicação destas demonstrações financeiras:

<u>Entidade</u>	<u>Dívida em 31</u>	<u>Amortização</u>	<u>Ajustes ao</u>	<u>Recursos</u>	<u>Dívida em 31</u>
	<u>de dezembro</u>		<u>valor justo e</u>		<u>captados</u>
	<u>de 2022</u>	<u>do principal</u>	<u>diferenças</u>	<u>em 2023</u>	<u>de 2023</u>
	USD	USD	<u>cambiais</u>	USD	USD
Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)	100.000	-.		-.	100.000
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	118.396	(5.000)		19.576	132.972
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) ¹	28.322	(1.818)	363	-.	26.867
Banco Europeu de Investimento (BEI)	42.000	-.		18.000	60.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO)	16.629	(1.107)		-.	15.522
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA)	100.000	(16.667)		-.	83.333
Banco Central do Uruguai (BCU) – Taxa fixa	80.000	(80.000)		-.	-.
KfW – Euros à taxa Euribor ¹	-.	-.	1.344	22.768	24.112
Subtotal antes de despesas diferidas	485.347	(104.592)	1.707	60.344	442.806
Diferidos	(496)	95		(279)	(680)
Subtotal multilaterais e outros	484.851	(104.497)	1.707	60.065	442.126
Emissão título CHF FONPLATA 24 ²	157.640	-.	19.985	-.	177.625
Emissão título CHF FONPLATA 26 ²	196.397	-.	27.381	-.	223.778
Emissão título CHF FONPLATA 28 ²	137.980	-.	20.248	-.	158.228
Emissão título JPY Série 1 ²	-.	-.	(1.447)	22.509	21.062

<u>Entidade</u>	<u>Dívida em 31 de dezembro de 2022</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Ajustes ao valor justo e diferenças cambiais</u>	<u>Recursos captados em 2023</u>	<u>Dívida em 31 de dezembro de 2023</u>
Emissão título JPY Série 2 ²	-.-	-.-	(2.219)	31.513	29.294
Subtotal antes de despesas diferidas	492.017	-.-	63.948	54.022	609.987
Diferidos	(1.525)	453	-.-	(994)	(2.066)
Subtotal de títulos	490.492	453	63.948	53.028	607.921
Total dívidas	975.343	(104.044)	65.655	113.093	1.050.047

¹ As linhas de crédito e dívidas captadas em moedas diferentes do dólar estadunidenses e sob taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimo foram avaliadas ao valor justo (Nota 8.5 (ii)). O total apresentado em “Ajustes ao valor justo e diferenças cambiais” inclui perdas por diferenças cambiais de USD 321 e USD 437, para as dívidas mantidas com a AFD e a KfW, respectivamente, no exercício de 2023 (2022 – perda por diferença cambial USD 13) (Nota 8.5 (i) (4) e (8)).

² Os títulos emitidos em moedas diferentes do dólar estadunidense e sob taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimo foram avaliados ao valor justo (Nota 8.5 (ii)).

- Os derivativos relacionados às emissões de títulos e à contratação de linhas de crédito ligados às operações de *hedge* cambial e de taxa foram classificados, a partir de 1º de janeiro de 2022, como operações de *hedge* de valor justo, de acordo com o quadro de referência estabelecido pela IFRS 9 (Notas 4.10, 6 e 8.5 (ii)). Esses derivativos estão amparados por contratos ISDA firmados com as contrapartes do Banco, a saber: Crédit Suisse (CS); JP Morgan (JPM); Deutsche Bank (DB); HSBC; e BBVA.
- O Banco usa derivativos com o único objetivo de reduzir o grau de exposição a riscos decorrentes de mudanças (i) nas taxas de câmbio de moedas diferentes do dólar estadunidense e (ii) nas taxas de juros diferentes da taxa de referência de suas operações de empréstimos concedidos e não com fins especulativos.
- Em 3 de janeiro de 2023, o Banco recebeu do Brasil USD 69.842 correspondentes ao saldo devido das cotas de capital acordadas para o período 2020–2022 e, posteriormente, em 14 de abril de 2023, recebeu USD 98, completando então o valor de integralizações de capital subscrito em dinheiro e devidas em 31 de dezembro de 2022. Finalmente, em 27 de abril de 2023, o Brasil integralizou a cota de capital subscrito em dinheiro para 2023, de USD 27.600.
- No que se refere às despesas administrativas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a média de gastos representou 83 pontos base em relação ao total dos ativos financeiros líquidos, permanecendo sem variação quando comparadas com 2022. Isso reafirma o compromisso da administração de garantir a seus países membros o menor custo possível nas transações.

- O Banco é o agente fiduciário para a administração da carteira de investimentos do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

PRESERVAÇÃO DA EMPRESA

Em 18 de janeiro de 2024, o Banco recebeu formalmente carta assinada pelo Governador Titular pela Argentina desistindo da intenção da carta que fora entregue em 21 de abril de 2023 por seu antecessor, que informava a vontade de seu país de “iniciar o processo para deixar de ser membro” do FONPLATA.

Com base nesta comunicação oficial, o Governo da Argentina ratifica sua continuidade como membro pleno do FONPLATA.

De acordo com a transparência e prudência que caracterizam a gestão, após ter recebido a comunicação do Governador pela Argentina, a Alta Administração do Banco compartilhou os termos da comunicação com os detentores de seus títulos e credores, bem como com as agências de classificação de risco. A notícia foi recebida com satisfação e, embora as agências de classificação de risco não tenham modificado sua nota, a Standard & Poor’s assinalou que alterará a perspectiva do FONPLATA de “negativa” para “estável”.

Isso, unido ao robusto perfil financeiro da instituição, confirma que o FONPLATA Banco de Desenvolvimento, com foco no MERCOSUL, é uma instituição financeira solvente do ponto de vista patrimonial e relevante para as agendas de desenvolvimento de seus países membros.

NOTA 3 – DETERMINAÇÃO DA RECEITA

O Banco gera a maior parte de suas receitas como resultado da concessão de empréstimos com garantia soberana a seus países membros e, a partir de 2020, cerca de 5% provêm da concessão de empréstimos a bancos e empresas públicas nos âmbitos nacional ou subnacional dos países membros, sem garantia soberana. Os fatores a seguir afetam diretamente o crescimento da carteira de empréstimos e determinam a geração de receitas de empréstimos:

- A capacidade de empréstimo, que equivale a três vezes o valor do patrimônio líquido;
- O montante dos desembolsos dos empréstimos;
- O montante de amortizações do principal recebido durante o ano; e
- A taxa Libor de 6 meses, para empréstimos antigos não convertidos à taxa SOFR no primeiro semestre de 2023, a taxa SOFR, para empréstimos concedidos a partir de 1º de janeiro de 2022 e para empréstimos antigos em que os tomadores de recursos optaram por adotar a taxa SOFR, a taxa LIBOR sintética, para os empréstimos não convertidos em 30 de junho de 2023, e a taxa de retorno operacional ou *spread*.

A receita de investimentos está diretamente ligada aos investimentos da liquidez (caixa e equivalentes de caixa), com vistas a reduzir os custos para manter a liquidez exigida. O Banco mantém liquidez para cumprir seus compromissos de desembolsos de empréstimos, o pagamento de suas obrigações por dívidas contraídas e, também, para arcar com seus custos de funcionamento durante período de 12 meses (Nota 6.5).

A tabela a seguir mostra a média dos ativos e passivos financeiros e as despesas administrativas, discriminando as receitas, despesas e a receita líquida:

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de					
	2023			2022		
	Saldo médio	Receitas	Retorno %	Saldo médio	Receitas	Retorno %
Créditos a receber	1.819.035	146.696	8,06%	1.640.222	75.513	4,60%
Investimentos ¹	603.022	29.754	4,93%	546.226	2.275	0,42%
Caixa e equivalentes de caixa ¹	39.297	822	2,09%	47.955	106	0,22%
Ativos financeiros	2.461.354	177.272	7,20%	2.234.403	77.894	3,49%
Dívidas	(1.015.078)	(65.352)	(6,44%)	(953.363)	(25.176)	(2,64%)
Ativos financeiros líquidos	1.446.276	111.920	7,74%	1.281.040	52.718	4,12%
Provisões e outros encargos ²	-	(7.819)	(0,54%)	-	5.513	0,43%
Despesas administrativas	-	(12.038)	(0,83%)	-	(10.616)	(0,83%)
Ativos financeiros líquidos	1.446.276	92.063	6,37%	1.281.040	47.615	3,72%
Patrimônio Líquido	1.439.221	92.063	6,40%	1.266.949	47.615	3,76%

¹ O saldo médio dos investimentos em 31 de dezembro de 2023 inclui USD 264.867 reclassificados como caixa e equivalente de caixa nas demonstrações financeiras por corresponder a investimentos com prazo de vencimento de até 90 dias e USD 12.283 de investimentos na conta *sweep* (2022 – USD 124.482).

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de	
	2023	2022
	USD	USD
<u>²Provisões e outros encargos</u>		
Provisão para perdas em empréstimos – Nota 8.4	(5.891)	(1.170)
Depreciação	(587)	(365)
Diferenças cambiais – lucros/(perdas)	257	(69)
Juros recebidos/(pagos) operações de <i>lending</i>	64	14
Participação de fundos especiais em receitas de investimentos	(909)	(180)
(Perdas)/Lucros não realizados de dívidas e operações de <i>swap</i> cambial e de taxas contabilizadas como <i>hedge</i> de valor justo – Nota 8.5	(1.390)	6.369
Outras receitas	637	914
Total Provisões e outros encargos	(7.819)	5.513

² Os rendimentos são apurados com base nas receitas/despesas reais no final do exercício, divididas pelo saldo médio de cada categoria de ativos e passivos financeiros. Tais médias são apuradas somando o saldo final do ano anterior com o saldo final do ano corrente e dividindo por dois, de forma que podem ser diferentes da média real.

NOTA 4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são resumidas as principais políticas contábeis aplicadas à elaboração destas demonstrações financeiras. Salvo indicação expressa em contrário, estas políticas contábeis foram aplicadas consistentemente a todos os anos apresentados.

4.1 Bases de apresentação

(i) Cumprimento das Normas Internacionais de Relatório Financeiro

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS, na sigla em inglês) e interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (IFRIC, na sigla em inglês) aplicáveis às entidades sujeitas às normas IFRS e que cumprem as normas emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB, na sigla em inglês).

O Banco apresenta seu balanço patrimonial organizado conforme a ordem de liquidez. Ativos e passivos são apresentados de acordo com sua recuperação ou liquidação nos 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (circulantes) e para além de 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (não circulantes), conforme a Nota 13.

(ii) Custo histórico

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes componentes:

- Investimentos disponíveis para venda, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA).
- Investimentos classificados para serem mantidos até seu vencimento, mensurados ao custo amortizado e ajustados ao valor justo por meio de provisão para perdas potenciais por desvalorização, nos casos em que esta seja menor.
- Dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas de juros diferentes da taxa de juros de referência adotada pelo Banco para financiamentos a seus países membros, bem como as operações de *hedge* cambial e de taxas contratadas pelo Banco com suas contrapartes, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado do período.
- Propriedades mensuradas ao valor justo.

(iii) Novas normas e alterações adotadas pelo Banco

O Banco adotou pela primeira vez algumas normas e emendas que se aplicam aos períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou depois (exceto se indicado o contrário). O Banco não adotou antecipadamente qualquer norma, interpretação ou emenda que tenha sido emitida, mas que ainda não esteja em vigor.

IFRS 17 Contratos de seguro

A IFRS 17 Contratos de seguro estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro ao alcance da Norma. A IFRS 17 substitui a IFRS Contratos de seguro e se aplica a todo tipo de contratos de seguro (i.e., seguros de vida, seguros diferentes dos de vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidade emissora, bem como a algumas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Quanto ao escopo, há algumas exceções. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer modelo contábil integral para os contratos de seguro que seja mais útil e congruente para as seguradoras e que abranja todos os aspectos contábeis relevantes. A Norma se baseia em modelo geral que é complementado com:

- Adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem da tarifa variável);
- Abordagem simplificada (abordagem de atribuição de prêmios), principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Definição de estimativas contábeis – Alterações à IAS 8

As alterações esclarecem a diferença entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco.

Divulgação das políticas contábeis - Alterações à IAS 1 e à Declaração da Prática de IFRS 2

As alterações à IAS 1 e à Declaração da Prática da IFRS 2 – Fazendo Julgamentos sobre Materialidade, orienta e apresenta exemplos para ajudar às entidades a fazerem julgamentos sobre materialidade em suas divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar às entidades a proverem informações sobre políticas contábeis que sejam mais úteis, substituindo o requisito de que as entidades divulguem suas políticas contábeis “significativas” pelo requisito de divulgar suas políticas contábeis “materiais” e acrescentando orientações sobre como as entidades aplicam o conceito de “materialidade” na tomada de decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Banco, porém, não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de qualquer rubrica das demonstrações financeiras do Banco.

Impostos diferidos passivos e ativos produto de transação única – Alterações à IAS 12

As alterações à IAS 12, Impostos sobre a Renda, reduzem o escopo da exceção do reconhecimento inicial prevista na norma, portanto, já não aplica às transações que gerem os mesmos montantes de imposto a pagar e dedutíveis por diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco.

Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12

As alterações à IAS 12 foram apresentadas em resposta às regras do Pilar 2 da estrutura inclusiva sobre a erosão da base tributária e a transferência de lucros (BEPS, na sigla em inglês) da Organização de Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e incluem:

- Exceção temporária obrigatória sobre a contabilização e divulgação dos impostos diferidos decorrente da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar 2; e

- Divulgações exigidas das entidades envolvidas para que os usuários das demonstrações financeiras entendam melhor a exposição de entidades ao imposto de renda do Pilar 2 derivado dessa norma, especificamente, antes da data da entrada em vigor.

A exceção temporária obrigatória (seu uso deve ser informado) se aplica imediatamente. As exigências das divulgações restantes serão aplicáveis aos exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2023, mas não para períodos intermediários findos antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco, já que não é abrangido pelas regras do modelo do Pilar 2 por ter receitas inferiores a EUR 750.000.000 anuais.

Quanto a outras normas aplicáveis posteriores a 2023, não identificamos qualquer norma que possa se aplicar às operações do Banco dentre as seguintes, Alterações à IFRS 16: Passivo de Arrendamento em Transação de *Sale and Leaseback*, Alterações à IAS 1: Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante e Alterações à IAS 7 e à IFRS 7: Acordos de Financiamento de Fornecedores.

4.2 Informação sobre operações

Baseado em análise de suas operações, o Banco determinou que seu negócio principal possui apenas um segmento operacional, que consiste no financiamento das necessidades de desenvolvimento de seus países membros e que corresponde a seu único segmento a ser informado.

O Banco avalia periodicamente seu desempenho e sua posição financeira de forma a tomar as decisões que considerar pertinentes para atingir seus objetivos estratégicos.

4.3 Conversão para moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras, bem como as transações que os constituem, são mensurados usando o dólar estadunidense, que é a moeda do ambiente econômico primário no qual o Banco opera (“moeda funcional”).

(ii) Transações e saldos

A conversão das transações em moeda estrangeira é feita com base na moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data de cada transação. Ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira resultam dos pagamentos realizados em moedas diferentes do dólar estadunidense e, em geral, referem-se a despesas administrativas incorridas na sede principal do Banco, ou em seus escritórios de ligação e de acompanhamento de projetos em Assunção, no Paraguai, Buenos Aires, na Argentina, Montevideú, no Uruguai, e Brasília, no Brasil. Os ganhos e perdas por diferenças cambiais associados a despesas administrativas são apresentados na demonstração de resultados em base líquida nas despesas administrativas.

Os ativos e passivos financeiros, tais como investimentos e empréstimos, são denominados em dólares estadunidenses, com exceção dos títulos denominados em francos suíços e ienes e os saques denominados em euros, no contexto das linhas de crédito captadas em dezembro de 2022 junto à AFD e em agosto de 2023 junto à KfW, respectivamente, que foram trocados por dólares estadunidenses. O Banco não mantém outros passivos financeiros em moedas diferentes do dólar estadunidense, portanto, não há diferenças cambiais a eles relacionadas.

Com exceção de pequeno número de bens e serviços relativos a despesas administrativas denominadas em moedas diferentes da moeda funcional, a maioria das despesas operacionais do Banco são incorridas na moeda funcional e registradas ao seu valor justo. Apenas é mantida disponível pequena importância em moeda local na sede do Banco e em cada escritório de ligação para pagar os custos dos bens e serviços nesses locais. Essas importâncias são traduzidas para a moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data na qual é estabelecido seu valor justo. As diferenças cambiais em ativos e passivos mensurados ao valor justo são apresentadas junto com ganhos e perdas ao valor justo.

4.4 Realização de receita

A receita de juros sobre empréstimos e sobre investimentos ao custo amortizado é determinada aplicando o método da taxa de juros efetiva.

O Banco reconhece as receitas quando seu montante pode ser mensurado de forma confiável e é possível que os benefícios econômicos sejam favoráveis. O Banco baseia suas estimativas nos resultados históricos, levando em conta o tipo de transação ou de tomador de recursos e as especificações de cada um dos acordos assinados.

(i) Receitas de taxas

As outras receitas referem-se à gestão de empréstimos, que consistem em taxas de administração e de empenho ou de serviço. Essas taxas referem-se aos serviços de supervisão e vigilância prestados pelo Banco e por assegurar a seus tomadores de recursos que os recursos estarão disponíveis para utilização durante o período contratualmente estabelecido e são reconhecidas como receitas, de acordo com o estabelecido na IFRS 15.

4.5 Aluguéis

Contratos de aluguel por prazos de até 12 meses que não incluem opção de compra são reconhecidos como despesa com base no método da linha reta ao longo do prazo do respectivo contrato.

Todos os contratos de aluguel são inicialmente reconhecidos como ativo, com base no direito de uso, e como passivo pelo valor total da locação a ser pago ao longo do contrato. O direito de uso é mensurado inicialmente com base no valor do passivo de arrendamento somado a quaisquer custos indiretos incorridos. Após o início da locação, o Banco deve mensurar o ativo de direito de uso do bem alugado com base no modelo baseado em custos, menos qualquer importância acumulada, depreciação e perdas por desvalorização e ajustado por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o montante dos passivos de arrendamento reconhecidos, os custos diretos iniciais incorridos e os ativos de arrendamento pagos realizados na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebido. Ativos de direito de uso depreciam-se com base linear durante o prazo mais curto entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a desvalorização.

4.6 Caixa e equivalentes de caixa

Para os efeitos de apresentação na demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em espécie, depósitos em bancos e investimentos altamente líquidos, com prazos originais de até 90 dias, conversíveis em dinheiro em montantes determináveis e que não apresentam riscos significativos de alterações de valor.

4.7 Carteira de empréstimos

A carteira de empréstimos é reconhecida inicialmente ao valor justo e, posteriormente, é mensurada ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para perdas por desvalorização. Para mais informações sobre a contabilização da carteira de empréstimos, ver Nota 8.4.

4.8 O modelo de negócios e seu efeito em ativos e passivos financeiros

A classificação, a mensuração, o reconhecimento e a divulgação de ativos e passivos financeiros nas demonstrações financeiras do Banco são determinados por seu modelo de negócios. A arquitetura do modelo de negócios foi projetada com vistas a ajudar seus países membros a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes por meio do financiamento de projetos focados em melhorar a integração e o desenvolvimento socioeconômico. O Banco, como qualquer outro banco multilateral de desenvolvimento (BMD), financia seu programa de empréstimos por meio da combinação de recursos provenientes de subscrições de capital em dinheiro integralizadas por seus países membros, capital autogerado por acumulação de receitas líquidas e realizadas e dívidas assumidas por meio da emissão de títulos e empréstimos contratados com outros BMDs e instituições financeiras internacionais, públicas e privadas. O capital do Banco é composto por capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar. O capital a realizar é subscrito e autorizado pelos países membros, que assumem o compromisso de integralizar esse capital no caso de emergência ou catástrofe que impeça o acesso do Banco aos mercados de capitais ou de captar financiamentos de outros BMDs, agências ou instituições bilaterais de cooperação internacional para cumprir suas obrigações financeiras.

Um dos elementos-chave do modelo de negócios do Banco é sua habilidade de manter sua relevância, que é medida por meio de sua capacidade de mobilizar recursos, tanto por meio de seus financiamentos como de recursos de cooperação técnica, suficientes para ajudar seus países membros com suas necessidades de desenvolvimento.

Para cumprir sua missão, os BMDs devem aumentar continuamente seu capital por meio do aumento de sua capacidade de empréstimo ao longo do tempo. Com esse propósito, em média, a cada 5 a 7 anos, os BMDs podem realizar aumento de capital consistente em capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar e, em alguns casos, também por meio da adição de novos membros.

A capacidade de empréstimo é determinada por meio do capital a realizar de membros com nota de risco de crédito com grau de investimento, como é o caso dos primeiros e mais antigos BMDs com membros no âmbito mundial, ou por meio da aplicação de multiplicador sobre o patrimônio, como é o caso dos BMDs contemporâneos e das instituições regionais de desenvolvimento, como o Banco.

No caso do Banco, a capacidade de empréstimo é medida com base em multiplicador de três vezes o montante do patrimônio líquido.

Com base na sua estrutura de capital, pela qual no final do período de subscrição e integralização do último aumento de capital, atingirá em torno de 45% de capital a pagar em dinheiro e 55% de capital a realizar, o Banco precisa captar recursos de terceiros para financiar parte dos desembolsos de empréstimos concedidos. A capacidade máxima de endividamento do Banco também é determinada com base em multiplicador de duas vezes o montante do patrimônio mais os ativos líquidos.

O principal ativo financeiro do Banco são os empréstimos concedidos a seus países membros. Todos os ativos e passivos financeiros são contratados e denominados em dólares estadunidenses e incorrem em juros com base na taxa de referência dos empréstimos, mais *spread*. No âmbito da política prudencial de gestão de riscos do Banco, nos casos nos quais as dívidas são contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e com taxas de juros diferentes da taxa de referência dos empréstimos, o Banco usa instrumentos de *hedge* com o único propósito de minimizar o risco de exposição a diferenças cambiais e a variações nas taxas de juros e não para fins especulativos. Esses derivativos são reconhecidos como *hedge* de valor justo. Por meio desses derivativos, o Banco troca a moeda em que contraiu a dívida original e sua taxa de referência, convertendo-as em dívida em dólares estadunidenses e a taxa de juros à taxa de referência utilizada nas operações de empréstimo. Dessa forma, o Banco neutraliza econômica e financeiramente a exposição a mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

De acordo com suas políticas financeiras, o Banco mantém liquidez com vistas a garantir sua habilidade de cumprir seus compromissos estimados de desembolso de empréstimos, serviços de dívida e para dar conta das despesas operacionais e dos investimentos de capital planejados que se espera incorrer nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício fiscal. As disponibilidades são investidas apenas para reduzir os custos de manter o nível de liquidez requerido pelas políticas do Banco.

As principais divulgações que fazem parte integral destas demonstrações financeiras apresentam informações específicas a respeito de cada um dos ativos e passivos financeiros importantes do Banco, bem como informações adicionais a respeito de seu modelo de negócios e como este modelo determina a forma pela qual ativos e passivos são classificados, medidos, reconhecidos e divulgados, assim como o momento oportuno para fazê-lo.

(i) Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do propósito para o qual os investimentos foram adquiridos. O Banco classifica seus investimentos em duas carteiras diferentes. Uma, na qual os investimentos podem ser vendidos a qualquer tempo antes do vencimento de seu contrato e outra, na qual os investimentos são adquiridos com a intenção de serem mantidos até seu vencimento contratual. A classificação dos investimentos em qualquer uma das carteiras é determinada com base nas exigências do processo de planejamento da liquidez e outros fatores relevantes. O Banco determina a classificação de seus investimentos no momento de sua aquisição e reconhecimento.

Os investimentos mantidos até seu vencimento são mensurados ao menor valor entre seu custo amortizado e seu valor justo e estão sujeitos à revisão, no mínimo anualmente, de forma a validar a razoabilidade. Os investimentos classificados para venda são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A Nota 8 apresenta maior detalhamento sobre cada tipo de ativo financeiro.

O Banco classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- **Ativos financeiros mantidos a custo amortizado (carteira de empréstimos e investimentos)**: são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes apenas do pagamento do capital e dos juros, não sendo classificados na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, e são mensurados pelo custo amortizado. Os saldos desses ativos são avaliados periodicamente em relação ao seu risco de crédito. Caso ocorra degradação da qualidade creditícia, o Banco registra provisão para perdas esperadas. Essas provisões são reconhecidas e apuradas de acordo com o descrito nesta nota em (v) “Redução ao valor recuperável de ativos”.
- **Ativos financeiros mantidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**: são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes de capital e juros e da venda dos ativos, que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e não são classificados na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.
- O Banco não detém ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
- Os derivativos resultantes da operação de *swap* cambial e de taxa são contraídos como parte da estratégia integral de riscos para a cobertura do risco da taxa de juros e taxa de câmbio de moeda estrangeira e são associados à captação de dívida em moedas diferentes do dólar estadunidense ou que cobram juros com base em taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimo do Banco. A taxa de juros de referência para empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2021, e que não tenham ainda sido convertidos à taxa SOFR composta, é a taxa LIBOR de 6 meses. Para todos os empréstimos acolhidos no programa voluntário de conversão da taxa de referência e para todos os contratos de empréstimo aprovados a partir de 1º de janeiro de 2022, a taxa de referência é a SOFR composta. Os derivativos foram classificados como instrumentos de *hedge* de valor justo e são considerados totalmente efetivos. Considerando o direito do Banco de compensação no caso de descumprimento pela contraparte, as alterações no valor justo dos derivativos contratados são apresentadas de forma líquida, junto com a garantia recebida da contraparte, fazendo parte do ativo, sob o título “derivativos” no balanço patrimonial. Os títulos são avaliados ao valor justo no saldo de dívida no balanço patrimonial. As alterações no valor justo da operação de *swap* cambial e de taxa de juros fazem parte de outras receitas e despesas na demonstração de resultados do exercício (Notas 2, 4.10 e 8.5 (ii)).

(ii) Reclassificação

Os ativos financeiros, ao contrário dos empréstimos, podem ser reclassificados em categoria diferente de “investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, com base no modelo de negócios usado para gerir os ativos financeiros ou com base nas características dos fluxos de caixa contratuais associados a esses ativos.

O Banco reclassifica ativos financeiros apenas quando o modelo de negócios é alterado. No caso de reclassificações, elas são realizadas e informadas no período no qual elas ocorrem. Esse tipo de alterações é pouco frequente, não tendo ocorrido nenhuma neste exercício.

(iii) Reconhecimento e baixa

A geração, compra e venda normais dos ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação desses ativos, que é a data na qual o Banco gera, compra ou vende os ativos. A baixa de ativos financeiros ocorre no momento da expiração dos direitos de receber fluxo de caixa desses ativos financeiros ou da transferência dos benefícios ou riscos da propriedade desses ativos.

Os ativos e passivos financeiros são avaliados de acordo com sua classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado ou de outros resultados abrangentes.

(iv) Mensuração

No início da transação, o Banco mensura os ativos financeiros ao valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos financeiros, desde que esses ativos não sejam mensurados posteriormente ao valor justo por meio dos resultados.

Os empréstimos e os investimentos mantidos até o vencimento são posteriormente avaliados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os investimentos disponíveis para venda são avaliados ao valor justo e perdas e ganhos como resultado de alterações no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes até o momento de sua realização, quando perdas e ganhos são reclassificados como parte do lucro operacional. Os juros gerados a partir dos ativos financeiros mensurados ao valor justo, mantidos ao custo amortizado e empréstimos são apurados usando o método da taxa de juros efetiva e reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como parte das receitas operacionais.

A Nota 8.7 apresenta de forma mais detalhada a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(v) Perdas por desvalorização

O Banco avalia a possibilidade de desvalorizações potenciais de um ativo financeiro específico ou de um grupo de ativos financeiros e determina a adequação de sua provisão para perdas esperadas em empréstimos, usando metodologia padrão adotada pelos principais BMDs, considerada boa prática. A metodologia usada quantifica a perda esperada com base nos seguintes fatores: (i) a exposição máxima ao risco de inadimplência (*default*), (ii) a probabilidade de inadimplência e (iii) a perda máxima esperada no caso de inadimplência. Embora o Banco aplique a mesma fórmula, os valores que assume cada fator são diferentes para a carteira de empréstimos concedidos com garantia soberana e sem garantia soberana.

Para a carteira de empréstimos com garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de risco de *default* dos países membros com base na classificação mais recente de risco de crédito atribuída por três das agências de classificação de risco internacionalmente reconhecidas.

Para empréstimos sem garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de *default*, usando a classificação de risco de crédito mais recente desenvolvida e mantida pelo Banco.

A provisão atribuível à carteira de empréstimos é apresentada como dedução do montante da carteira de empréstimos.

Se, em período posterior, os montantes das perdas por desvalorização diminuïrem, e essa diminuição estiver ligada de forma objetiva a evento que ocorra depois do reconhecimento dessa desvalorização (como a melhoria na capacidade creditícia do devedor), as perdas por desvalorização antes contabilizadas podem reverter-se por meio da demonstração do resultado do exercício.

A cobrança de juros e taxas dos empréstimos é descontinuada uma vez transcorridos mais de 180 dias do vencimento do serviço do empréstimo sem que ele tenha sido pago. O montante de juros e taxas a receber de empréstimos declarado em estado de moratória manter-se-á inalterado até que o empréstimo seja declarado quitado pelo Banco. Para quitar o empréstimo é necessário que o tomador de recursos pague a totalidade dos montantes devidos ao Banco e confirme ter superado as dificuldades financeiras que motivaram o inadimplemento em tempo e forma de suas obrigações referentes a empréstimos concedidos pelo Banco.

A Nota 8.4 (iii) apresenta explicação detalhada dessa metodologia, bem como da determinação da provisão para perdas em empréstimos.

A desvalorização esperada no valor de investimentos disponíveis para venda avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) faz parte do valor de mercado.

Além disso, e no caso de investimentos avaliados ao custo amortizado, o Banco avalia potenciais perdas por desvalorização no valor dos investimentos revisando as mudanças na classificação de risco de crédito do emissor, de forma a estabelecer se elas são temporárias ou mostram desvalorização permanente. Nesse caso, o Banco ajustará o valor justo reconhecendo uma provisão regularizadora do valor do investimento com lançamento no resultado do exercício.

Para investimentos mantidos até o vencimento, mensurados ao custo amortizado, o Banco estima as perdas por desvalorização esperadas por meio da comparação do preço bruto com o preço de mercado para cada investimento mantido em carteira, referente a seu valor contábil, reconhecendo as perdas potenciais por desvalorização com base na diferença entre o valor contábil e o preço de mercado, na medida em que o último seja inferior ao valor contábil.

Exceto pela determinação da suficiência do montante da provisão para perdas esperadas em empréstimos referente a empréstimos com e sem garantia soberana e para estimar o montante de perdas de crédito esperadas (PCE) em outros ativos financeiros, segundo suas políticas internas, o Banco classifica seus instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA), numa das seguintes etapas:

Etapa 1: inclui os instrumentos cujo risco de incobrabilidade não aumentou de forma significativa desde seu reconhecimento inicial e cuja desvalorização a incorrer for igual às PCE nos próximos 12 meses.

Etapa 2: inclui todos os ativos cuja qualidade de crédito sofreu mudança significativa desde seu reconhecimento inicial, mas que ainda não sofreram desvalorização.

Etapa 3: inclui ativos que atingiram ou estão prestes a atingir seu vencimento, cuja qualidade de crédito sofreu desvalorização significativa, bem como empenhos de empréstimo ou garantias financeiras cujo desembolso é provável e sua cobrança, duvidosa.

Classificação em etapas: Imediatamente após o reconhecimento inicial de um ativo financeiro, estima-se se ocorreu deterioração de sua qualidade de risco de crédito, e em que medida, com base nos seguintes critérios:

- Vencimento do prazo contratualmente estabelecido para as amortizações de principal ou de juros superior a 180 dias;
- Queda significativa na classificação de risco de crédito do ativo; e
- Deterioração da qualidade de crédito do ativo.

(vi) Realização de receita

As receitas de juros derivadas da aplicação da taxa de referência e a margem operacional em empréstimos são reconhecidos por meio da taxa de juros efetiva. No caso de empréstimos em estado de moratória, e de acordo com o indicado em (v) acima, o Banco reverte a totalidade das receitas geradas e não cobradas e deixa de reconhecer juros e taxas. Além disso, avalia a potencial desvalorização do principal da dívida e diminui seu valor por meio do registro de provisão até a ocorrência com a estimativa de seu valor recuperável. Considera-se que um empréstimo sofre desvalorização quando a análise das informações disponíveis e dos eventos atuais mostra que há certa probabilidade de que o Banco não possa recuperar o montante total de capital e juros devidos de acordo com os termos do contrato de empréstimo.

4.9 Propriedades e equipamentos

As propriedades são contabilizadas por seu valor contábil, que incorpora o resultado de reavaliações, que, por sua vez, são contabilizadas em resultados abrangentes e acumuladas nas reservas no patrimônio. Se o aumento do ativo por reavaliação tiver sido revertido anteriormente na demonstração de resultados, o aumento posterior também deve ser contabilizado por meio da demonstração de resultados. As diminuições que venham a reverter os aumentos por reavaliação dos mesmos ativos são reconhecidas, inicialmente, nos outros resultados abrangentes, na medida em que existam excedentes da reavaliação atribuíveis aos ativos. Todas as demais diminuições são registradas na demonstração de resultados. Os equipamentos são contabilizados ao custo histórico, menos a depreciação. O custo histórico inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Os custos posteriores são incluídos no valor contábil dos ativos ou são contabilizados como ativo separado, se houver alguma probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao ativo e seus custos puderem ser avaliados de forma confiável. Os valores contábeis de qualquer componente são contabilizados como item separado. Na hora de serem substituídos, faz-se sua baixa pelo custo líquido da depreciação acumulada. Os custos de consertos e manutenções são contabilizados na demonstração de resultados no período ou nos períodos nos quais são incorridos.

Os métodos de depreciação e os períodos usados pelo Banco são apresentados na Nota 9.1. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se for o caso, no final de cada exercício. Os valores contábeis dos ativos são ajustados ao seu valor recuperável quando o montante contábil desses ativos ultrapassa seu valor recuperável estimado.

Os ganhos ou perdas sobre a venda dos ativos são determinados comparando o valor contábil e o valor de venda dos ativos, e seu efeito é contabilizado diretamente na demonstração de resultados. Quando os ativos reavaliados são vendidos, é política do Banco transferir os montantes incluídos em outras reservas para os resultados acumulados.

4.10 Passivo financeiro

Os passivos financeiros consistem em dívidas contraídas para financiar desembolsos esperados em empréstimos concedidos e instrumentos derivativos contratados, que fazem parte integral da estratégia de proteção do Banco, para administrar de forma eficaz o risco de variações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio de moedas diferentes do dólar estadunidense. O valor justo dos instrumentos classificados como *hedge* de fluxo de caixa explica-se na Nota 8.5.

No início da operação de *hedge*, o Banco documenta o objetivo de gestão de riscos e sua estratégia, bem como a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* contratados e os ativos e passivos a serem protegidos, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* contratados irão compensar as alterações nos fluxos de caixa dos ativos e passivos protegidos.

A seguir, incluímos explicação das dívidas e dos instrumentos derivativos contratados como parte das operações de *hedge* e das políticas contábeis utilizadas em relação a eles.

Dívidas: As dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense, que é a moeda funcional do Banco, e a taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimos são inicialmente reconhecidas pelo valor ou preço de compra líquido das despesas incorridas na transação e, posteriormente, mensurados ao valor justo. A diferença entre o valor justo da dívida e seu custo amortizado é reconhecida em outros resultados do exercício junto com a diferença líquida entre as operações de *hedge* a receber e a pagar, que também são mensuradas ao valor justo. Essas diferenças correspondem a mudanças nas taxas de câmbio e de juros e não se espera que afetem os fluxos de caixa futuros nem que resultem em perdas ou lucros, já que convergem a zero no momento do vencimento da dívida original, oportunidade em que o Banco troca com suas contrapartes os fluxos de caixa, saldando a dívida original e seus direitos e obrigações em relação aos derivativos a receber e a pagar.

As dívidas contratadas em dólares estadunidenses e à taxa de referência dos empréstimos são inicialmente reconhecidas ao valor ou preço de compra e posteriormente mensuradas ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor reconhecido inicialmente desse passivo e o valor efetivamente pago é contabilizada na demonstração de resultados com base no método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de proteção: Os derivativos são utilizados unicamente para cobrir o risco de taxa de juros e de câmbio associados aos títulos emitidos no mercado suíço, denominados “FONPLATA24”, “FONPLATA26”, “FONPLATA28”, e os títulos emitidos no mercado japonês em março de 2023 denominados “Japão 1” e “Japão 2”, bem como outros passivos originalmente contraídos em outras moedas diferentes do dólar ou em dólares à taxa fixa (Notas 2 e 8.5 (ii)).

Os derivativos acarretam risco de mercado e de crédito. O risco inerente de mercado do instrumento derivativo consiste na variação potencial da taxa de juros, da taxa de câmbio ou de outros fatores e está relacionado com a natureza e o tipo de instrumento, o volume de transações, seu teor e outros termos próprios de cada contrato, bem como com a volatilidade do valor nominal base do contrato.

O risco de crédito inerente é a possibilidade de que a contraparte da operação de *swap* não cumpra seu compromisso de integralizar as garantias necessárias para recuperar o montante devido.

O Banco mitiga o risco de crédito em seus instrumentos financeiros derivativos por meio de transações com contrapartes altamente qualificadas, com classificação de crédito de grau de investimento, e assinando acordo mestre ISDA com anexo de apoio de crédito associado (CRA, na sigla em inglês), que prevê a compensação de saldos com suas contrapartes.

O Banco documenta formalmente sua relação e seu objetivo de gestão de riscos, bem como sua estratégia de *hedge* para a contratação do instrumento financeiro derivativo, incluindo o grau de efetividade do instrumento derivativo para compensar os riscos a serem cobertos. Além disso, o Banco documenta o resultado da estimativa de efetividade, que é realizada de forma prospectiva e retrospectiva, incluindo descrição do método usado para medir o grau de inefetividade do instrumento derivativo.

Esse processo inclui relacionar todos os derivativos classificados como *hedge* de valor justo, de fluxo de caixa ou de moeda estrangeira com o balanço geral ou com compromissos vinculantes ou com transações orçamentárias.

O Banco monitora a operação de *hedge* do início até seu vencimento, analisando a efetividade dos derivativos, neutralizando as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens a serem protegidos, dos compromissos vinculantes ou das transações projetadas, conforme o caso.

As alterações no valor justo de um derivativo, junto com as alterações no valor da dívida original objeto da cobertura contratada são registradas em outras receitas e encargos na demonstração do resultado do exercício, como perda ou lucro líquido.

O Banco tem, em virtude dos Contratos Mestre ISDA assinados com suas contrapartes, a possibilidade e a intenção de trocar os fluxos contratados ao vencimento da dívida. Além disso, o Banco espera que suas contrapartes honrem sua obrigação e não antecipa inadimplência delas.

A parte ineficaz das alterações no valor justo do instrumento derivativo classificado como *hedge* de fluxo de caixa é contabilizada na demonstração de resultados como custos de dívidas assumidas no período.

O Banco descontinua o tratamento de contabilidade de *hedge* quando determina que esse tratamento deixou de ser efetivo para compensar as alterações nos fluxos de caixa do item protegido, ou no vencimento do derivativo ou quando ele é vendido, rescindido ou executado, ou quando o ativo protegido ou o passivo expira, é vendido, rescindido ou executado, ou quando o derivativo não é classificado como instrumento de *hedge* porque é pouco provável que uma transação projetada venha a ocorrer ou se a Administração determinar que a classificação de derivativo como *hedge* já não é apropriada.

4.11 Outros passivos e obrigações

São montantes que representam passivos referentes a bens e serviços fornecidos ao Banco antes da data de encerramento, mas que ainda não foram pagos. Os outros passivos não apresentam garantias e são geralmente pagos em prazo de 30 dias a partir de seu reconhecimento. Esses passivos são contabilizados inicialmente ao valor justo e, posteriormente, são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

4.12 Fundos especiais

São montantes que representam passivos referentes a investimentos administrados por conta e ordem de fundos especiais. As obrigações desses passivos não apresentam garantias e são geralmente pagas quando os fundos especiais solicitam dinheiro em espécie ao Banco. Tais passivos são contabilizados inicialmente ao valor justo e, posteriormente, são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A Nota 8.6 explica detalhadamente os fundos especiais e seu propósito e o saldo devedor de cada um em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

4.13 Outros benefícios a colaboradores

São montantes que representam as obrigações com o quadro de pessoal do Banco, sob o Fundo de Pensão (PAC). Esse passivo é pago aos colaboradores no momento do encerramento do vínculo empregatício com o Banco. A contribuição realizada anualmente pelo Banco sobre a poupança voluntária dos colaboradores está sujeita à retenção com base no tempo de serviço dos participantes. Os montantes retidos em conformidade com os percentuais de retenção estabelecidos no PAC são diferidos e reconhecidos nos resultados do período, à medida que os colaboradores cumprem o tempo de serviço exigido para usufruir da totalidade do benefício oferecido pelo PAC. A nota 8.6 – c) inclui explicação detalhada do passivo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

4.14 Capital

O capital autorizado consiste em ações de capital a pagar em dinheiro e em ações de capital a realizar. O capital a pagar em dinheiro representa a porção do capital autorizado que deve ser subscrito e integralizado pelos países membros.

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, que exigem que a Presidência-Executiva faça julgamentos e estimativas que impactam os montantes apresentados para ativos e passivos, bem como de receitas e despesas, durante o período correspondente. As estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e estão baseados nas normas jurídicas em vigor e em outros fatores, incluindo a expectativa de eventos futuros que são considerados razoáveis na conjuntura e nas circunstâncias atuais.

Esta nota oferece panorama geral das áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade inerente a cada estimativa e dos itens com maior probabilidade de serem ajustados de forma significativa, pois os resultados reais poderiam diferir dessas estimativas. As informações detalhadas a respeito de cada uma das estimativas e julgamentos utilizados foram incluídas nas Notas 6 e 7, respectivamente, junto com as informações sobre as bases de cálculo aplicadas em cada um dos itens que impactam as demonstrações financeiras.

As estimativas mais relevantes que impactam a elaboração das demonstrações financeiras do Banco estão relacionadas à:

- Incerteza da estimativa da probabilidade de que os tomadores de recursos desembolsem o total dos financiamentos aprovados durante o período estabelecido contratualmente, isso determina o reconhecimento da taxa de empenho ou de serviço de forma linear durante o período de desembolso – Nota 4.4.
- Estimativa da provisão para perdas por desvalorização dos investimentos ao custo amortizado – Nota 8.3 (ii).
- Estimativa da provisão para prejuízos da carteira de empréstimos – Nota 8.4 (iii).
- Estimativa da eficácia dos derivativos mantidos como *hedge* de fluxo de caixa – Nota 8.5 – (ii).

Questões ligadas à mudança do clima

O Banco e suas operações não estão expostos a risco importante quanto à mudança do clima nos julgamentos e estimativas que realiza como emissor. Como Banco Multilateral de Desenvolvimento, o FONPLATA adere às boas práticas aceitas internacionalmente para a gestão de riscos ambientais nos projetos que financia e as cumpre. Além disso, em 2021 implementou um quadro de dívida sustentável e promove, por meio de subsídios diretos, projetos que contribuem para a preservação do meio ambiente e para a redução do impacto na mudança climática.

Incerteza macroeconômica e geopolítica

Com relação a estes fatores, nas avaliações dos investimentos e dos instrumentos financeiros derivativos, os preços são considerados como componente a avaliar a valor de mercado.

NOTA 6 – GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Esta nota explica a exposição do Banco a riscos financeiros e como estes poderiam impactar seu desempenho financeiro futuro.

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
Risco de mercado – Moeda estrangeira	Com exceção das emissões dos títulos denominados em francos suíços e em ienes e das dívidas contratadas com a AFD e a KFW, denominadas em euros, que foram efetivamente cobertas por meio de operações de <i>swap</i> cambial e de taxa de juros, como informado nas Notas 2, 4.10 e 8.5 – (ii), 99,9% dos ativos e passivos financeiros do Banco são denominados em dólares	A valor justo do ativo subjacente.	Todas as transações de empréstimos, os investimentos e os passivos apresentados nas demonstrações financeiras foram ajustados ou contratados em dólares estadunidenses. O Banco assinou contratos mestres de compensação executáveis sob a convenção da ISDA, com direito a compensar com JPM, CS, DB, HSBC e BBVA,

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
	<p>estadunidenses (moeda funcional); 61% dos passivos foram contratados em moedas diferentes da moeda funcional e estão protegidos com operações de <i>swap</i> de moeda.</p>		<p>respectivamente. Com base nestes contratos, o Banco realizou operações de <i>swap</i> cambial para compensar o risco de exposição às taxas de juros e cambiais associado às emissões de títulos no mercado suíço entre 2019 e 2021, ao saque de EUR 8.000 em dezembro de 2022 da linha de crédito de EUR 30.000 contratada com a AFD, à emissão privada no Japão de duas séries de títulos sustentáveis em março de 2023 e ao saque de EUR 21.000 em agosto de 2023, da linha de crédito contratada com a KfW, de EUR 37.000. Esses derivativos fazem parte do processo de gestão de riscos do Banco, projetado para minimizar a exposição a riscos financeiros, portanto, foram designados como <i>hedge</i> de valor justo para proteger os fluxos de caixa usados em saques de empréstimos.</p>
<p>Risco de mercado – Taxa de juros</p>	<p>Risco de exposição a flutuações das taxas de juros ativa e passiva aplicáveis aos empréstimos e às dívidas do Banco.</p> <p>Como explicado nas Notas 2, 4.10 e 8.5 – (ii), em 13 de março de 2019, 3 de março de 2021 e 1º de dezembro de 2021, o Banco emitiu títulos denominados em francos suíços de 5 anos, 5 ½ anos e 7 anos à taxa fixa, respectivamente. Para cobrir os riscos de taxa de juros e cambial, o Banco contratou operações de <i>swap</i> cambial e de taxa de</p>	<p>Análise de sensibilidade.</p>	<p>O Banco estabeleceu políticas para a determinação das taxas de juros com vistas a mitigar os possíveis efeitos das flutuações nas taxas de juros, bem como o impacto negativo associado a possíveis desajustes na duração da carteira de empréstimos e da dívida contraída para financiá-los.</p> <p>As possíveis exposições decorrentes da emissão dos títulos denominados em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência dos empréstimos</p>

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
	<p>juros com o JPM e o CS, respectivamente, e assinou contratos mestres de compensação executáveis, sob a convenção da ISDA, e os anexos de suporte de crédito (CSA), que preveem o direito de compensação. Ademais, o Banco contratou com o DB operações de <i>swap</i> de taxa para mudar a taxa Term SOFR, aplicável aos saques realizados em dezembro de 2022 por meio linha de crédito mantida com a CAF, pela SOFR composta, que é a taxa de referência das operações de empréstimo. Em março de 2023, o Banco emitiu duas séries no mercado japonês com 5 e 6 ½ anos de prazo. Para cobrir os riscos de taxa de juros e cambial, o Banco contratou operações de <i>swap</i> cambial e de taxa de juros com o HSBC. Em dezembro de 2022, o Banco realizou saque de EUR 8.000 da linha de crédito contratada com a AFD, com base na taxa Euribor. Esta operação foi coberta por meio de <i>swap</i> cambial e de taxa contratado com o JPM. Em agosto de 2023, o Banco efetuou saque de EUR 21.000 da linha de crédito contratada com a KfW, com base na taxa Euribor. Esta operação foi coberta por meio de <i>swap</i> cambial e de taxa contratado com o BBVA.</p>		<p>concedidos são administradas com eficácia por meio das operações de <i>swap</i> cambial. Além disso, a possível exposição derivada da captação de empréstimo junto à CAF à taxa Term SOFR e dos saques realizados junto à AFD e à KfW, denominados em euros à taxa Euribor, foram cobertos pelas operações de <i>hedge</i> cambial e cambial e de taxa de juros, respectivamente.</p> <p>Esses <i>swaps</i> de moeda e taxa foram planejados para substituir a dívida captada em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência dos empréstimos, que é a taxa SOFR composta, pelo dólar estadunidense e pela taxa SOFR composta, de forma a coincidir com a estrutura de taxas aplicável a todos os empréstimos aos países membros. Portanto, elimina-se de forma eficaz a exposição ao risco de variabilidade na taxa de juros e na taxa de câmbio.</p>
Risco de mercado – Preço	O Banco não mantém	Análise de	O Banco não mantém

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
das ações	investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço. Todos os investimentos consistem em títulos e certificados de depósito, que, de acordo com o modelo de negócios do Banco, são classificados como investimentos disponíveis para a venda ou a serem mantidos até seu vencimento.	sensibilidade baseada em mudanças na taxa de juros para títulos disponíveis para venda, avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e com base em mudanças na classificação de risco de crédito do emissor para títulos mantidos até seu vencimento, avaliados ao custo amortizado.	investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço. Os títulos classificados na carteira de disponíveis para venda são monitorados periodicamente. O banco não participa da carteira de negociação nem de atividades de negociação.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, investimentos ao valor de mercado por meio de ORA, investimentos ao custo amortizado, empréstimos e instrumentos derivativos financeiros de <i>hedge</i> de fluxo de caixa para proteção de dívidas.	- Análise de áreas em função da <i>duration</i> de empréstimos, derivativos, títulos e outros instrumentos. - Análise do risco de crédito. - Provisão para empréstimos.	Diversificação dos depósitos em bancos e limites em empréstimos. Políticas e diretrizes estabelecidas para investimentos ao valor de mercado e investimentos ao custo amortizado. Limites de concentração do risco de crédito aplicados aos países membros e aos empréstimos sem garantia para sociedades de economia mista. Sem empréstimos do setor privado.
Risco de liquidez	Dívidas, outros passivos e obrigações com fundos especiais.	Previsões de fluxo de caixa.	Disponibilidade dos recursos necessários para cumprir as obrigações e os compromissos para período mínimo de 12 meses seguintes à data das demonstrações financeiras.

O Banco administra os riscos aos quais estão expostas suas operações de acordo com sua política de gestão integral de riscos, que abrange os riscos financeiros de mercado e taxa de juros, os riscos operacionais e os riscos estratégicos. A gestão integral de riscos do Banco visa garantir que os riscos sejam mantidos permanentemente dentro de parâmetros estabelecidos pelas políticas financeiras do Banco e refletem a capacidade de assumir riscos definidos por seus órgãos de governança. A gestão integral de riscos busca, assim, evitar os riscos que vão além do limite de tolerância do Banco e mitigar os riscos financeiros, operacionais e estratégicos, de acordo com os limites estabelecidos para cada tipo de risco associado a suas operações.

Seguindo as boas práticas internacionais com relação à gestão de riscos, o Banco adotou a classificação de riscos e as definições do *Office of the Comptroller of the Currency* (OCC – Escritório Controlador da Moeda, dos EUA) e Basileia II.

A estratégia integrada de gestão de riscos do Banco baseia-se em modelo de projeção de seus fluxos de caixa e equivalentes nos prazos curto, médio e longo, bem como na projeção de seu balanço patrimonial e suas receitas. Essas projeções são permanentemente revisadas e ajustadas aos valores reais obtidos e monitorados para projetar o montante de aprovações de empréstimos, desembolsos de empréstimos, dívidas para financiá-los, compromissos e obrigações, bem como o pagamento das despesas administrativas a serem incorridas para alcançar a receita líquida esperada e as exigências de liquidez.

6.1 Risco de moeda

Cerca de 99% dos ativos e passivos financeiros, depois de considerar as operações de cobertura cambial e de taxa de juros, são denominados em dólares estadunidenses, a moeda funcional do Banco. Portanto, as demonstrações financeiras do Banco não estão expostas a risco significativo diante de potenciais variações nas taxas de câmbio.

6.2 Risco de taxa de juros

Os empréstimos do Banco, aprovados até 31 de dezembro de 2021, e que não tenham ainda sido convertidos à taxa SOFR composta, utilizam como taxa de juros de referência a taxa LIBOR de 6 meses mais *spread* fixo. Os empréstimos que foram convertidos, por opção do tomador de recursos, à taxa SOFR composta, além de *spread* fixo, têm ainda uma margem de correção SOFR. Os empréstimos aprovados a partir de 1º de janeiro de 2022 têm como taxa de referência a taxa SOFR composta, mais *spread* fixo.

O *spread* fixo é revisado a cada exercício para os novos empréstimos com base nas diretrizes da política de gestão da receita e dos encargos financeiros, visando atingir equilíbrio entre a acumulação de capital de longo prazo, de forma a garantir a autossustentabilidade do Banco, e uma estrutura de condições financeiras favoráveis para seus países membros. O Banco aplica modelo de gestão de receita líquida, como ferramenta para administrar os resultados, que responde a horizonte de planejamento de médio e longo prazos. O modelo possibilita, por meio da administração de parâmetros e variáveis, assegurar que os encargos financeiros sejam estáveis e suficientes para dar conta de todos os fins estabelecidos em suas políticas financeiras e realizar, oportunamente, ajustes no *spread* fixo diante de mudanças significativas nos pressupostos e estimativas utilizados. Essa exposição é medida e avaliada regularmente pelo Banco para garantir a gestão de risco da taxa de juros.

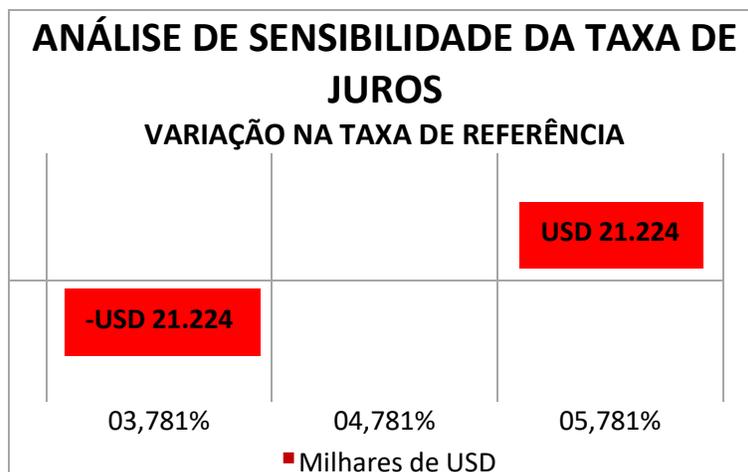
Em conformidade com a política de gestão de receitas e encargos financeiros, o Banco estabelece anualmente um *spread* fixo aplicável a novas operações de empréstimos para o próximo exercício (Taxa de Retorno Operacional – TRO). Para os empréstimos de risco não soberano aprovados após 3 de março de 2023, a Diretoria-Executiva aprovou redução de 25 pontos base na TRO (Resolução RES/DEJ-1508/23), mantendo as condições financeiras aprovadas para os empréstimos com garantia soberana em 15 de março de 2022 (Resolução RES/DEJ-1490/22).

O Presidente-Executivo está habilitado a estabelecer taxas com *spreads* fixos diferenciados para empréstimos com prazos inferiores a 15 anos. Nesse sentido, para incentivar os tomadores de recursos a tomarem empréstimos com prazos menores, foram aprovadas taxas operacionais diferenciais.

Para o Banco, o risco da taxa de juros limita-se a seu componente variável, baseado na taxa de referência. O Banco realiza análise de sensibilidade para determinar a variação nos resultados ou no patrimônio como resultado de mudanças na taxa de referência.

A análise de sensibilidade é apurada com base nas projeções da taxa SOFR para os próximos 12 meses, que é a taxa de referência das operações de financiamento concedidos pelo Banco, equivalente a 478 pontos base.

A análise apurou os valores máximo e mínimo para a taxa de referência média ponderada de 578 e 378 pontos base, respectivamente. Se ocorrer a variação positiva ou negativa de 100 pontos base, a receita líquida futura poderia aumentar ou diminuir USD 21.224, respectivamente.



6.3 Risco de mercado

É o risco de perdas no valor dos ativos financeiros do Banco em decorrência de mudanças nas condições do mercado. O Banco administra os riscos de mercado, que impactam principalmente suas carteiras de investimentos e de empréstimos, por meio de medidas diversas para garantir que a exposição a riscos seja mantida dentro dos limites estabelecidos em suas políticas (Notas 4.8, 8.2 e 8.3).

Os investimentos do Banco visam assegurar o financiamento de desembolsos de empréstimos, o serviço e amortização de suas dívidas e o pagamento de suas despesas de funcionamento. Conseqüentemente, o Banco classifica seus ativos de investimento em duas carteiras diferentes, de acordo com seu propósito:

- **Investimentos disponíveis para venda:** consistem em títulos e outros valores que possuem valor de mercado e são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).
- **Investimentos mantidos até o vencimento:** consistem em certificados de depósito e são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, o que for menor.

Conforme assinalado na Nota 8.7, o Banco usa metodologia para a determinação do valor justo baseada em três níveis, conforme a disponibilidade de determinado valor de mercado. Com base nessa metodologia, o Banco faz a análise de sensibilidade de suas carteiras de investimentos para apurar as eventuais perdas máximas como resultado de mudanças nas taxas de juros dos investimentos classificados como disponíveis para venda, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e de mudanças na classificação de risco de crédito dos investimentos classificados na carteira de investimentos para serem mantidos até seu vencimento, avaliados ao custo amortizado e regularizados ao valor justo por meio de previsão, nos casos em que o valor justo for menor.

O próximo quadro apresenta a exposição máxima a risco de perdas por alterações no preço dos investimentos classificados como investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como resultado de variação de 100 pontos base na taxa de juros, e de perdas por desvalorização de um nível para a classificação de risco de crédito do emissor, para investimentos classificados para serem mantidos até seu vencimento, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente:

Carteira	Análise de sensibilidade dos investimentos					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Valor contábil ¹ USD	Perda máxima USD	Variação %	Valor contábil ¹ USD	Perda máxima USD	Variação %
Investimentos disponíveis para venda até 12 meses – VJORA ²	199.683	3.772	1,89%	293.759	1.136	0,39
Investimentos disponíveis para venda mais de 12 meses – VJORA	176.765	743	0,42%	45.091	947	2,10
Total	376.448	4.515	1,20%	338.850	2.083	0,61

¹ O valor contábil dos investimentos baseia-se no valor justo, para os investimentos disponíveis para venda, e no custo amortizado, para investimentos mantidos até o vencimento. A totalidade dos investimentos classificados como disponíveis para venda e a maior parte dos investimentos mantidos até seu vencimento são negociados no mercado, portanto, seu valor justo é determinado com base no mercado (Nível 1). Para os investimentos mantidos até o vencimento que não são negociados regularmente no mercado, há transações recentes que oferecem base razoável para estimar seu valor justo a fim de compará-lo com seu custo amortizado (Nível 2). O Banco não possui instrumentos de investimento para os quais não seja possível estabelecer o valor justo nem que precisem da aplicação de modelos de mensuração (Nível 3).

² Em 31 de dezembro de 2023, há certificados de depósitos a prazo fixo originalmente classificados na carteira de investimentos mantidos até o vencimento, no valor de USD 264.867 (2022 – USD 169.836) e investimentos em contas *sweep*

no valor de USD 12.283. Esses investimentos são registrados no total de caixa e equivalente de caixa por terem sido realizados com prazo de vencimento original de até 90 dias. Para investimentos ao custo amortizado, o Banco avalia periodicamente se houve alterações na classificação de risco de crédito do emissor que evidenciem potencial desvalorização permanente no valor do investimento (Nota 4.8).

6.4 Risco de crédito

É o risco derivado do descumprimento dos termos de qualquer contrato pelo devedor. As políticas financeiras estabelecem limites individuais de exposição da carteira por país com vistas a evitar concentração excessiva e cumprir a política de proporcionalidade equitativa da distribuição do capital de empréstimo para cada país. O coeficiente de suficiência de capital, que relaciona o montante de ativos financeiros ponderado por riscos com o total do patrimônio, assegura cobertura razoável da exposição ao risco da carteira de empréstimos, tanto em conjunto como individualmente.

Em 31 de dezembro de 2023, 95% do saldo de créditos pendentes corresponde a financiamentos que possuem garantia de risco soberano dos países membros (2022 – 96%). O Banco começou a conceder empréstimos sem garantia soberana em 2020, com a aprovação da Diretoria-Executiva, que criou essa linha inicialmente dirigida a bancos de desenvolvimento e sociedades de economia mista nacionais e subnacionais. Desde seu início e até 31 de dezembro de 2023, foram aprovados USD 164.000, em seis operações. Deste total aprovado, em 31 de dezembro de 2023, foram desembolsados USD 141.500 (2022 – USD 82.000) e foram recebidos USD 43.167 de amortizações do principal (2022 – USD 6.000), para um total a receber de USD 98.333 (2022 – USD 76.000) (Notas 2 e 8.4 (i)).

As políticas financeiras e o regulamento de empréstimos estabelecem as ações a serem tomadas com relação ao inadimplemento e aos saldos vencidos em empréstimos. Tais políticas e regulamentos fazem parte integral das cláusulas contratuais incluídas em todos os contratos de empréstimo. Além disso, o Banco utiliza metodologia específica para determinar a adequação da provisão para perdas esperadas em créditos a receber e considera fatores diferentes em relação à sua carteira de empréstimos com e sem garantia soberana, como é explicado na Nota 4.8.

O risco de crédito da carteira de investimentos dos ativos líquidos se rege por normas internas que regulamentam o investimento dos ativos líquidos, estabelecendo limites razoáveis de investimento por classe de ativos, setores e emissores, para garantir diversificação adequada e combinação apropriada de fontes e prazos de vencimento. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 respectivamente, a nota média de classificação de risco da carteira de investimentos do Banco manteve-se em AA e AA+, ultrapassando a nota de classificação média exigida pela política de investimentos, de AA-.

6.5 Risco de liquidez

É o risco originado na incapacidade da entidade de cumprir suas obrigações sem incorrer em perdas inaceitáveis. O Banco mantém o nível de liquidez mínimo exigido, estabelecido em sua política de liquidez como o necessário para cobrir todos os seus compromissos, incluindo os passivos mantidos nos fundos especiais (Nota 8.6), desembolsos dos empréstimos, serviço da dívida e pagamento das despesas administrativas e de capital, por período de 12 meses. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, o Banco não assumiu compromissos nem obrigações que pudessem gerar exposição a risco de liquidez nos curto prazos ou médio.

A tabela a seguir mostra os ativos líquidos e os passivos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

	31 de dezembro	
	2023	2022
	USD	USD
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 8.1	324.216	217.589
Investimentos – Notas 8.2 e 8.3	376.448	338.850
Liquidez bruta	700.664	556.439
Passivo financeiro		
Dívidas – Nota 8.5	1.050.047	975.343
Outros passivos – Nota 9.3	16.033	10.294
Fundos especiais – Nota 8.6	24.507	22.635
Passivo total	1.090.587	1.008.272

A cobertura de ativos líquidos com relação ao valor líquido de desembolsos e pagamentos a serem efetuados é equivalente a 1,23 e 1,65 anos, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

NOTA 7 – GESTÃO DE OUTROS RISCOS NÃO FINANCEIROS

7.1 Risco operacional

O risco operacional é definido como o risco de, por comissão ou omissão, ocorrer falha nos processos internos ou sistemas, que possa gerar perdas econômicas e financeiras. O Banco mantém organizados, atualizados e em funcionamento os procedimentos, as políticas e as práticas de gestão de operações, de forma a prevenir os riscos inerentes ao desenvolvimento de suas operações. O Banco conta com governança e sistema de controle interno eficazes, bem como com normas de comportamento ético e de reputação em operações, com normas claras para garantir o devido cumprimento dos aspectos fiduciários, ambientais e jurídicos aplicáveis, de acordo com suas próprias políticas e com as de seus países membros.

7.1.1 Mudança esperada da taxa de juros LIBOR de 6 meses para a taxa de juros SOFR

Conforme explicado na Nota 6.2, até 31 de dezembro de 2021, a taxa de juros de referência usada pelo Banco era a taxa USD LIBOR de 6 meses, mais *spread*. A taxa LIBOR de 6 meses é apurada e publicada diariamente pela *ICE Benchmark Administration* (IBA), organização regulada pela *Financial Conduct Authority* (FCA), do Reino Unido. Em 2020, após consultas e da autorização da FCA, a IBA anunciou sua decisão de descontinuar a publicação da taxa LIBOR para 7 e 60 dias, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022. Anunciou, ainda, que os demais prazos da taxa LIBOR, incluindo a taxa USD LIBOR de 6 meses usada pelo Banco, seriam descontinuados a partir de 1º de julho de 2023, após consulta e com a autorização do FCA. Essa mudança acarreta implicações para todas as transações que usam a taxa USD LIBOR de 6 meses como componente variável. No caso do Banco, afeta todas as operações de empréstimo e dívidas contratadas com outros BMDs e agências e para a parte variável de derivativos existentes.

O *Alternative Reference Rates Committee* (ARRC) é a organização encarregada de encontrar uma taxa de juros alternativa para substituir a taxa USD LIBOR. Em 2017, o ARRC identificou a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) como a taxa para substituir a taxa USD LIBOR. O *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque é o administrador da SOFR e produz e publica a taxa de juros diariamente, bem como as médias em diversos prazos e o chamado Índice SOFR. O ARRC emitiu recomendações sobre o uso da linguagem de *fallback*, do *spread* de ajuste USD LIBOR/SOFR e outras.

Assim, e da mesma forma que outras instituições multilaterais de desenvolvimento consideradas líderes, a partir do segundo semestre de 2020, o Banco adotou a linguagem de *fallback* em todos os contratos de empréstimo, optando por utilizar a taxa SOFR composta, a partir de 1º de janeiro de 2022.

Nesse sentido, com data de 1º de dezembro de 2022, o Banco implementou com êxito nova plataforma de administração de empréstimos fornecida pelo SOPRA *Financial Services* (SFP). Essa plataforma vem sendo utilizada por outros BMDs líderes há mais de dois anos. A implementação foi levada a cabo sem necessidade de customização nem desenvolvimentos personalizados da funcionalidade oferecida pela SFP a outros BMDs, o que não apenas reduz o risco operacional, mas também diminui o custo de manutenção futuro. A plataforma é operada na modalidade de assinatura, exigindo pagamento anual por parte do Banco para sua utilização.

7.2 Gestão de riscos estratégicos

Risco estratégico – É o risco derivado de decisões contrárias à atividade da entidade, da aplicação incorreta de decisões ou da falta de resposta às mudanças no setor de instituições financeiras de desenvolvimento em que atua. O Banco possui Plano Estratégico Institucional (PEI), aprovado por seus Governadores, que estabelece os objetivos estratégicos a serem atingidos, bem como os indicadores para sua mensuração no tempo. Anualmente, os Governadores aprovam o orçamento para o ano seguinte, que inclui resumo das conquistas do exercício anterior e os objetivos e resultados a serem atingidos no exercício seguinte. O orçamento do Banco resume seu plano de trabalho e inclui, ainda, indicadores baseados em resultados e os custos necessários para atingi-los, com base na matriz de resultados estabelecida no PEI. Dessa forma, assegura-se alinhamento adequado entre os objetivos estratégicos de longo prazo e os resultados a serem atingidos no curto prazo, de maneira a avançar na consecução desses objetivos estratégicos.

As demonstrações financeiras refletem a compatibilidade e a consistência dos resultados com os objetivos estratégicos da missão e da visão estabelecidas para o Banco, em termos do atingimento das metas anuais para a aprovação de operações e de seus custos associados.

Risco de descumprimento – É o risco derivado de violações a leis, normas, regulamentos, práticas definidas, políticas, procedimentos ou normas éticas. O risco de descumprimento pode impactar de forma negativa a reputação da entidade. O Banco é pessoa jurídica internacional regida por seu Convênio Constitutivo, suas políticas e regulamentos e conta com Tribunal Administrativo, Comitê de Auditoria da Diretoria Executiva, Assessor Jurídico, Responsável por Compliance e Auditoria Interna, que zelam pelo cumprimento dos fatores que poderiam, de outra forma, desencadear casos de risco de descumprimento.

Risco de reputação – É o risco derivado de opinião pública negativa, que impacta a capacidade da organização de estabelecer novas relações ou manter as já existentes, afetando diretamente sua receita atual e futura. Este risco pode expor a entidade a processo ou gerar perda financeira ou afetar sua competitividade. Por meio da área de comunicações, o Banco faz o monitoramento regular deste risco, enquanto a área de operações faz o acompanhamento de cada um dos projetos em vigor. Até o momento, não existem indícios deste tipo de risco para o Banco.

NOTA 8 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os instrumentos financeiros do Banco, incluindo:

- Visão geral de todos os instrumentos financeiros mantidos pelo Banco.
- Informações específicas sobre cada tipo de instrumento financeiro.
- Políticas contábeis.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo o julgamento profissional utilizado e as incertezas das estimativas

O Banco mantém os seguintes instrumentos financeiros:

	Nota	Ativos e passivos financeiros ao valor justo ¹ USD	Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado USD	Total USD
31 de dezembro de 2023				
Ativos financeiros:				
Depósitos bancários	8.1	45.298	-.	45.298
Equivalentes de caixa (investimentos ao custo amortizado)	8.1 e 8.3	-.	278.918	278.918
Investimentos ao valor justo por meio de ORA ¹	8.2	379.365	-.	379.365
Investimentos ao custo amortizado ²	8.3	-.	30.375	30.375
Carteira de empréstimos ³	8.4		1.892.768	1.892.768
Subtotal		<u>424.663</u>	<u>2.202.061</u>	<u>2.626.724</u>
Hedges de valor justo	8.5	6.799	-	6.799
Total ativos financeiros		<u>431.462</u>	<u>2.202.061</u>	<u>2.633.523</u>
Passivos financeiros:				
Dívidas	8.5	(743.693)	(306.354)	(1.050.047)
Outros passivos	9.3	-.	(16.033)	(16.033)
Fundos especiais	8.6	-.	(24.507)	(24.507)
Total passivos financeiros		<u>(743.693)</u>	<u>(346.894)</u>	<u>(1.090.587)</u>
Ativos financeiros líquidos		<u>(312.231)</u>	<u>1.855.167</u>	<u>1.542.936</u>

31 de dezembro de 2022

Ativos financeiros:

Depósitos bancários	8.1	33.295	-.-	33.295
Equivalentes de caixa (investimentos ao valor justo e ao custo amortizado)	8.1 e 8.3	13.894	170.400	184.294
Investimentos ao valor justo por meio de ORA ¹	8.2	340.224	-.-	340.224
Carteira de empréstimos ³	8.4	-.-	1.772.578	1.772.578
Subtotal		<u>387.413</u>	<u>1.942.978</u>	<u>2.330.391</u>
Hedges de valor justo	8.5	5	-.-	5
Total ativos financeiros		<u><u>387.418</u></u>	<u><u>1.942.978</u></u>	<u><u>2.330.396</u></u>

Passivos financeiros:

Dívidas	8.5	(501.248)	(474.095)	(975.343)
Outros passivos	9.3	-.-	(10.294)	(10.294)
Fundos especiais	8.6	-.-	(22.635)	(22.635)
Total passivos financeiros		<u>(501.248)</u>	<u>(507.024)</u>	<u>(1.008.272)</u>
Ativos financeiros líquidos		<u><u>(113.830)</u></u>	<u><u>1.435.954</u></u>	<u><u>1.322.124</u></u>

¹ As alterações no valor justo dos investimentos são registradas em ORA e as alterações no valor justo de dívidas relacionadas a *hedge* de valor justo são registradas em outras receitas no resultado do exercício.

² Inclui juros e outras receitas de investimentos.

³ Inclui juros e outras receitas de empréstimos.

A exposição do Banco aos riscos ligados a instrumentos financeiros é apresentada na Nota 8.5 (ii). O nível máximo de exposição a risco de crédito em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, corresponde aos saldos registrados acima para cada um dos ativos financeiros.

8.1 Caixa e equivalentes de caixa

Saldos em bancos e depósitos com vencimento original de até três meses:

	Em 31 de dezembro	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	USD	USD
Depósitos bancários	45.298	33.295
Depósitos a prazo fixo, títulos de curto prazo e contas <i>sweep</i> ¹	278.918	184.294
Total	<u><u>324.216</u></u>	<u><u>217.589</u></u>

¹ O total apresentado em 31 de dezembro de 2023 corresponde a USD 264.867 relativos a investimentos com vencimento de até 90 dias mais USD 1.766 referentes a juros acumulados, além de investimentos, no valor de USD 12.283 e juros, no valor de USD 2, mantidos em conta *sweep* no Banco de Compensações Internacionais (BIS, do acrônimo em inglês). Em 31 de dezembro de 2022, o montante referente a Caixa e equivalentes de caixa corresponde a investimentos mantidos até o vencimento e avaliados ao custo amortizado mais juros, no valor de USD 170.400, e investimentos disponíveis para venda, avaliados ao valor de mercado mais juros, no valor de USD 13.894 (Nota 8.3).

(i) Classificação de equivalentes de caixa

Os depósitos a prazo fixo e títulos são considerados equivalentes de caixa quando seu prazo de vencimento é igual ou inferior a três meses contados a partir da data de aquisição. Da Nota 4.6 consta a política com relação a caixa e equivalentes de caixa.

8.2. Investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA)

Os investimentos classificados nesta categoria correspondem a títulos emitidos por emissores de alta qualidade e consistem em:

	Em 31 de dezembro	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Títulos soberanos	260.552	245.920
Títulos de organismos multilaterais de desenvolvimento	114.214	89.455
Setor financeiro	-.-	1.948
Títulos do Tesouro da República Argentina	1.682	1.527
Subtotal	<u>376.448</u>	<u>338.850</u>
Juros acumulados a receber	2.917	1.374
Total	<u>379.365</u>	<u>340.224</u>

Na data do resgate dos investimentos, o saldo reconhecido nas “reservas de investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” faz parte da determinação dos resultados do exercício.

(i) Investimentos com coligadas

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, o Banco não mantinha investimentos com coligadas.

(ii) Classificação dos investimentos mantidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os investimentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os fluxos de caixa contratuais desses ativos provêm apenas do capital e dos juros e o objetivo do modelo de negócios do Banco sobre esses ativos é atingido por meio da cobrança dos fluxos de caixa contratuais e da venda desses ativos.

(iii) Perdas por desvalorização

Ver Nota 4.8 para mais detalhes a respeito das políticas aplicáveis à apuração da desvalorização dos ativos financeiros e à exposição a ela.

(iv) Montantes reconhecidos em outros resultados abrangentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Banco acumulou ganhos não realizados de USD 4.189 e USD 4.676, em sua demonstração dos resultados abrangentes. Esses ganhos não realizados compõem-se de aumentos no valor de mercado dos investimentos disponíveis para venda, de USD 4.213 (2022 – USD 1.191 de ganhos), e USD 24 a título de redução da reserva de reavaliação técnica de propriedades (2022 – USD 93 a título de redução da reserva de reavaliação técnica como resultado da venda de salas comerciais localizadas no 3º andar da sede principal do Banco, em janeiro de 2022). Além disso, e de acordo com a decisão do Banco de classificar suas operações de *hedge* e a dívida original como operações ao valor justo, em 2022, o saldo mantido em resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2021, de USD 5.744 referentes a perdas por ajustes do valor de operações de troca de moeda e taxas de juros, foi reclassificado ao resultado do exercício em 1º de janeiro de 2022 (Notas 4.10 e 8.5).

(v) Valor justo, desvalorização e exposição ao risco

A Nota 8.7 apresenta informações importantes sobre os métodos e pressupostos usados na determinação do valor justo.

Todos os investimentos ao valor justo são denominados em dólares estadunidenses, a moeda funcional na qual são apresentadas as demonstrações financeiras.

8.3 Investimentos ao custo amortizado (registrados em caixa e equivalentes de caixa)

Os investimentos classificados nesta categoria correspondem a certificados de depósito. Em 31 de dezembro de 2023, esses investimentos totalizam USD 294.867, referentes a certificados com vencimento original de até 90 dias, razão pela qual foram reclassificados como caixa e equivalentes de caixa, e USD 30.000 com vencimento original maior que 90 dias (2022 – USD 169.836). A tabela a seguir mostra a composição dos investimentos antes de sua reclassificação:

	Em 31 de dezembro	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
<u>Investimentos em depósitos a prazo fixo e certificados de depósito</u>		
Soberanos	40.617	35.656
Organismos multilaterais de desenvolvimento	132.723	54.880
Entidades financeiras	121.527	79.300
Subtotal	294.867	169.836
Capital investido	294.867	169.836
Juros e taxas a receber	2.141	564
Total	297.008	170.400

(i) Investimentos mantidos até o vencimento

O Banco considera como investimentos mantidos até o vencimento ao custo amortizado aqueles ativos financeiros que são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo é atingido pela obtenção de fluxos de caixa estipulados em contrato, em datas específicas, correspondentes a amortização do capital e pagamento de juros.

Com base nos resultados da estimativa realizada pelo Banco, referente a PCE dos investimentos mantidos ao custo amortizado, o Banco determinou que seu valor contábil em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é inferior ao valor justo estabelecido com base no preço de mercado, portanto, nenhuma provisão foi realizada.

8.4 Carteira de Empréstimos

A composição da carteira de créditos a receber por país membro é a seguinte:

País	Em 31 de dezembro	
	2023 USD	2022 USD
Argentina	460.838	490.462
Bolívia	440.617	395.009
Brasil	206.258	178.992
Paraguai	342.269	342.042
Uruguai	328.911	278.339
Carteira bruta de empréstimos com garantia soberana (CGS)	1.778.893	1.684.844
Carteira bruta de empréstimos sem garantia soberana (SGS)	98.333	76.000
Total carteira bruta	1.877.226	1.760.844
Menos: Taxa de administração a creditar	(4.524)	(2.938)
Subtotal carteira de empréstimos	1.872.702	1.757.906
Menos: Provisão p/ perdas esperadas em empréstimos CGS	(17.840)	(12.416)
Menos: Provisão p/ perdas esperadas de empréstimos SGS	(1.560)	(1.094)
Total carteira líquida de empréstimos	1.853.302	1.744.396

Os juros e as taxas a receber em relação aos empréstimos equivalem a USD 39.466, em 31 de dezembro de 2023 (2022 – USD 28.182).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, todos os empréstimos foram classificados no Nível 1. O saldo da provisão para perdas esperadas em empréstimos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é o seguinte:

	Em 31 de dezembro	
	2023 USD	2022 USD
Provisão no início do exercício de período ou ano CGS ¹	12.415	11.123
Aumento/diminuição na provisão para empréstimos CGS	5.425	1.293
Subtotal provisão CGS	17.840	12.416
Provisão no início do exercício de período ou ano SGS	1.094	1.217
Aumento/diminuição na provisão para empréstimos SGS	466	(123)
Subtotal provisão SGS	1.560	1.094
Provisão para perdas esperadas em empréstimos	19.400	13.510

¹ O saldo inicial foi ajustado por arredondamento para milhares.

A carteira bruta classificada por data de vencimento é a seguinte:

	Em 31 de dezembro	
	2023 USD	2022 USD
Prazo de até um ano	217.016	171.608
De um a dois anos	195.573	206.417
De dois a três anos	184.423	199.611
De três a quatro anos	189.107	176.313
De quatro a cinco anos	195.895	172.591
De mais de cinco anos	895.212	834.304
Total carteira bruta de empréstimos	1.877.226	1.760.844

(i) Classificação da carteira de empréstimos

Cerca de 95% da carteira de empréstimos corresponde a empréstimos concedidos com garantia soberana do país membro. Desde 2020, o Banco começou a outorgar financiamentos a bancos e empresas de economia mista, em nível subnacional. O saldo pendente desses empréstimos representa cerca de 5% dos empréstimos brutos pendentes em 31 de dezembro de 2023 (2022 – 4%).

Os empréstimos com garantia soberana são aqueles nos quais os países membros reconhecem a condição de credor preferencial do Banco.

Os financiamentos que formam a carteira de empréstimos, devido a sua natureza e seus respectivos termos, não constituem instrumentos derivativos. As cobranças de amortizações do principal respondem a montantes estabelecidos e os empréstimos não são comercializados em mercado ativo de valores. Como é explicado na Nota 13, o montante de amortizações do principal a ser recebido nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício é classificado como circulante e o saldo restante, como não circulante. As Notas 4.7 e 4.8 (v) descrevem as políticas contábeis usadas em relação à contabilização da carteira de empréstimos e o reconhecimento de desvalorizações futuras, respectivamente.

O PEI 2022—2026, aprovado pela Assembleia de Governadores em 17 de setembro de 2021, inclui o financiamento de atividades de pré-investimento, investimento, cooperação técnica e de geração de conhecimento. Isso se deve à aprovação pela Assembleia de Governadores, em 2019, de alteração na Política de Apropriação dos Recursos de Financiamento com vistas a permitir o financiamento de sociedades de economia mista dos países membros nos âmbitos nacional e subnacional, sem garantia soberana (SGS). Antes dessa alteração, a Diretoria-Executiva havia aprovado nova linha de financiamento para operações SGS, em novembro de 2019.

Sob esta nova linha de financiamento SGS, o Banco está autorizado a conceder empréstimos e garantias a sociedades de economia mista e empresas públicas nos âmbitos nacional e subnacional. Para serem elegíveis ao financiamento, essas instituições devem cumprir as exigências de capacidade financeira e liquidez e contar com classificação de risco de crédito estabelecida pelo Banco.

Como se indica na Nota 6.4, em 31 de dezembro de 2023, o saldo a receber de empréstimos sem garantia soberana chega a USD 98.333, o que representa aumento de cerca de 29,4% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2022, USD 76 mil.

Esses financiamentos correspondem a linhas de crédito renováveis com vigência de até 8 anos, com carência de até 2 anos e prazo de amortização de até 8 anos.

Da mesma forma que nos financiamentos concedidos com garantia soberana, sobre esses empréstimos incidem juros com base na taxa de referência SOFR mais *spread* estabelecido com base na classificação de risco de crédito no momento da aprovação do financiamento, bem como taxa de empenho sobre o saldo desembolsado em cada etapa aprovada dentro da linha de crédito, mais taxa de administração com base na vigência de cada etapa.

As operações SGS requerem que o tomador de recursos pague uma soma inicial não reembolsável destinada a cobrir os custos legais e de risco de crédito no momento de requerer o financiamento.

(ii) Valor justo da carteira de empréstimos

Considera-se que o valor contábil seja próximo do valor justo, pois os fluxos de caixa futuros desses ativos são próximos do valor contabilizado.

(iii) Desvalorização e exposição ao risco

As provisões para perdas esperadas em empréstimos CGS e SGS são mantidas em nível considerado adequado pelo Banco para absorver as eventuais perdas inerentes à carteira de empréstimos na data das demonstrações financeiras.

Conforme assinalado na Nota 4.7, a cobrança de juros sobre a carteira é interrompida quando há mora superior a 180 dias. Os juros pendentes de empréstimos declarados em moratória são registrados no momento da cobrança efetiva, até que se voltem a cobrar juros sobre esses empréstimos. O que só acontece após a quitação da totalidade do principal e dos juros ou taxas devidos pelo tomador de recursos, que ainda deverá comprovar ter superado as dificuldades financeiras que motivaram o atraso no cumprimento de suas obrigações.

O Banco não teve e não tem atualmente empréstimos em estado de moratória. Não obstante, e consistente com sua política de gestão integral de riscos, o Banco constitui provisão para refletir a incobrabilidade potencial de sua carteira de empréstimos. A provisão para empréstimos com e sem garantia soberana é parte integral das políticas financeiras do Banco. De acordo com as normas em vigor, a provisão para perdas esperadas em empréstimos é calculada de maneira diferente para empréstimos CGS e SGS.

A provisão para empréstimos com garantia soberana é calculada considerando o saldo devedor de cada país membro no momento do cálculo. Esses saldos são multiplicados pela probabilidade de inadimplemento associado a cada país membro e pela estimativa de perda máxima resultante. A determinação da probabilidade de inadimplemento de cada país baseia-se na nota de risco de crédito atribuída por três agências de classificação de risco internacionalmente reconhecidas. Essa probabilidade é ajustada para dar a devida ênfase ao reconhecimento da condição de credor preferencial de que goza o Banco.

Para os empréstimos concedidos sem garantia soberana, a probabilidade de inadimplemento é determinada com base na nota de risco de crédito atribuída pela análise realizada pelo Banco no momento da análise do crédito e é atualizada periodicamente. A perda máxima é estimada de acordo com as diretrizes de gestão de riscos estabelecidas pelo Comitê de Basileia.

Além disso, o Banco mantém políticas de exposição a riscos para evitar concentrar sua carteira de créditos em um único país, que poderia ser afetado por situações de mercado ou outras circunstâncias. Por isso, o Banco usa determinados parâmetros de mensuração, tais como: os montantes de seu patrimônio e o total de ativos. O Banco faz revisão trimestral de sua carteira de empréstimos para avaliar imparidades que possam afetar sua cobrabilidade total ou parcial. As informações sobre qualidade creditícia, exposição a risco de crédito, moeda e taxa de juros constam das Notas 4.7 e 6.

8.5 Dívidas

As dívidas incluem empréstimos a pagar contratados com outras organizações multilaterais e bilaterais de desenvolvimento (OMDs) e com instituições financeiras, além de títulos e depósitos a prazo de bancos centrais dos países membros do Banco, que foram pagos em 5 de maio de 2023. Como se explica em (ii), a seguir, o Banco contrata operações de derivativos cambial e de taxa para reduzir o risco de variações das taxas de câmbio e de juros nos casos em que contrai dívidas em moedas diferentes do dólar estadunidense e taxas diferentes da taxa de referência de seus empréstimos. O valor líquido das operações de *swap* a receber e a pagar, junto com o valor da garantia recebida dos bancos J.P. Morgan (JPM), Crédit Suisse (CS), HSBC, BBVA e Deutsche Bank (DB), constitui saldo líquido a receber de USD 6.799³, em 31 de dezembro de 2023 (2022 – USD 5 de saldo líquido a receber), e é registrado em “Derivativos para a proteção de fluxos de caixa”, no balanço patrimonial.

O total da dívida em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, é o seguinte:

	Em 31 de dezembro de	
	2023 USD	2022 USD
Dívidas		
Empréstimos e certificados de depósito ao custo amortizado ¹	309.100	476.086
Empréstimos ao valor justo	133.706	9.261
Títulos ao valor justo ²	609.987	492.017
Carteira bruta	1.052.793	977.364
Menos: despesas de emissão de dívida a amortizar	(2.746)	(2.021)
Total	1.050.047	975.343

¹ Inclui dívida denominada em euros à taxa Euribor contratada com a AFD e com o KfW, que foi objeto de operação de *hedge* por meio de contrato de *swap* cambial e de taxa. As dívidas, assim como as operações de *hedge*, estão mensuradas ao valor justo de USD 9.594 e USD 24.112, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023 (2022 – USD 9.231, correspondente à AFD) (Nota 8.5 (i)).

² A partir de 1º de janeiro de 2022, o Banco classifica suas operações de cobertura de fluxos de dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência de suas operações de empréstimos como *hedge* de valor justo, de acordo com a IFRS 9. Esta mudança foi realizada no âmbito de referência da IAS 8, de forma prospectiva, dado que não existe efeito material em exercícios anteriores.

³ Este saldo refere-se principalmente a USD 6.969 de garantia junto ao CS e foi regularizado em 3 de janeiro de 2024.

(i) Empréstimos de OMDs e outras instituições e certificados de depósitos a prazo de bancos centrais

O saldo pendente de dívidas contratadas pelo Banco para o financiamento de desembolsos em empréstimos aprovados a seus países membros é o seguinte:

	Em 31 de dezembro de	
	2023 USD	2022 USD
Corporação Andina de Fomento – ver nota (1) abaixo	100.000	100.000
Depósitos a prazo de Bancos Centrais – ver nota (2) abaixo	-.-	80.000
Banco Interamericano de Desenvolvimento – ver nota (3) abaixo	132.972	118.396
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) – ver nota (4) abaixo	26.867	28.322
Banco Europeu de Investimentos (BEI) – ver nota (5) abaixo	60.000	42.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO) – ver nota (6) abaixo	15.522	16.629
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) – ver nota (7) abaixo	83.333	100.000
KfW	24.112	-.-
Total	442.806	485.347

Os saldos de empréstimos de OMDs e outras instituições incluem linhas de crédito com a AFD e a KfW, que se encontram mensuradas ao valor justo por estarem protegidas por *hedge* cambial e de taxa (Nota 8.5 (ii)).

As cláusulas contratuais das dívidas contratadas com a AFD e a KfW exigem a emissão de certificados de conformidade, reconhecidos pelos auditores independentes.

A partir de março de 2018, por resolução da Diretoria-Executiva, RDE 1409, a capacidade de empréstimo do Banco é estabelecida com base num múltiplo de três vezes o patrimônio líquido, e o limite máximo de endividamento é determinado pela soma dos ativos líquidos com duas vezes o patrimônio líquido.

O Banco planejou sua estratégia de endividamento e programação financeira, de forma a diversificar as fontes de financiamento e obter custo médio de financiamento nas melhores condições possíveis, de acordo com sua nota de risco de crédito e sua condição de credor preferencial.

(1) Em 9 de junho de 2022, o Banco pagou o valor pendente no âmbito da linha de crédito mantida com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) desde novembro de 2016. Em 1º de dezembro e em 6 de dezembro de 2022, respectivamente, o Banco tomou dois financiamentos de USD 50 mil, no âmbito da linha de crédito acordada com a CAF em 17 de setembro de 2021. O primeiro será amortizado em duas parcelas iguais de USD 25 mil, com vencimento em 1º de junho e 2 de setembro de 2024, e o segundo empréstimo será amortizado em duas parcelas iguais com vencimento em 6 de junho e 6 de dezembro de 2024. A taxa de juros que incide sobre ambos os empréstimos é taxa Term SOFR acrescida de *spread* fixo. Para proteger as diferenças potenciais entre a Term SOFR e a SOFR composta, que é a taxa de referência dos empréstimos concedidos pelo Banco, o Banco contratou com o DB, em 27 de janeiro de 2023, operações de *hedge* de taxa retroativa a 1º e 6 de dezembro de 2022, respectivamente (Nota 8.5 (ii)). Em 6 de dezembro de 2023, o Banco e a CAF acordaram nova linha de crédito rotativo não comprometida, no valor de USD 75.000, com base na taxa Term SOFR. Até 31 de dezembro não foram utilizados recursos dessa linha.

- (2) O Banco mantém acordos com os Bancos Centrais de seus países membros que lhe permitem aceitar recursos denominados em dólares estadunidenses no médio prazo, instrumentados por meio de nota promissória. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco mantinha dívida referente a certificado de depósito bancário a taxa fixa, do Banco Central do Uruguai, no valor de USD 80.000, que foi paga em 5 de maio de 2023. Os juros incidentes sobre este certificado estão incluídos nos custos financeiros do período.
- (3) Em 7 de março de 2022, o Banco firmou um segundo acordo de financiamento no valor de USD 100.000 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), totalizando USD 200.000 o valor financiado pelo BID, tendo os primeiros USD 100.000 sido aprovados em 2017. Esse novo empréstimo baseia-se na taxa SOFR composta e prevê prazo de desembolso de 4 anos e período de amortização de 25 anos, com vida média de 14,95 anos a contar da primeira amortização do principal, em 15 de maio de 2027, e finalizando com a última amortização, em 15 de novembro de 2046. Ao amparo desse acordo de financiamento, que entrou em vigor no momento de sua assinatura, foi previsto financiamento retroativo com base em projetos previamente identificados com despesas elegíveis incorridas entre 8 de dezembro de 2021 e a data de vigência estipulada para o último desembolso a ser aprovado no âmbito desta linha. Além disso, e para otimizar a gestão de recursos sob essa linha, ambas as partes acordaram que o Banco realizaria os desembolsos a serem requeridos nos empréstimos elegíveis e o BID reembolsaria o montante desembolsado pelo Banco sob a modalidade de reconhecimento de despesas, de forma que os recursos tomados pelo Banco sob essa linha de crédito são de disponibilidade livre para o Banco. No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, foram desembolsados dessa nova linha USD 19.576 (2022 – USD 18.397). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco amortizou USD 5.000, referentes à primeira linha de crédito.

A tabela a seguir apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o BID, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo a ser desembolsado:

<u>Empréstimos</u>	31 de dezembro de 2023			
	BID			A ser financiado pelo FONPLATA
	<u>Montante elegível</u>	<u>Desembolsado</u>	<u>A desembolsar</u>	
<u>Linha de crédito vigente 2022:</u>				
ARG-28/2016 Compl. Fronteiriços	20.000	10.438	9.562	3.310
ARG-40/2018 Acesso Pto. Las Palmas	10.000	-.	10.000	-.
BRA-21/2018 Itajaí 2040	45.000	19.643	25.357	56.295
BRA-23/2019 Ponta Porã	25.000	7.892	17.108	2.870
<i>Total linha em vigor</i>	100.000	37.973	62.027	62.475

- (4) Em 29 de junho de 2022, o Banco assinou nova linha de crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento, no valor total de EUR 30.000 amortizáveis em 12 anos à taxa Euribor de 6 meses mais *spread*. Esta linha soma-se à linha de crédito aprovada em outubro de 2018, no valor de USD 20.000, que foi totalmente executada em 2021 e encontra-se em processo de pagamento. Em 31 de dezembro de 2022, haviam sido financiados sob esta nova linha EUR 8.000, equivalentes a USD 8.519, não tendo sido registrados desembolsos no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023.

O total devido à AFD no âmbito dessas duas linhas é de USD 26.867, referente a USD 17.273 e EUR 8.000 (2022 – USD 0 e EUR 8.000). Para se proteger das potenciais variações de taxa de câmbio, entre o euro e o dólar estadunidense, e de taxa de juros, entre a Euribor e a SOFR composta, que é a taxa de referência dos empréstimos, o Banco contratou com a JPM operação de *hedge* cambial e de taxa (Nota 8.5 (ii)).

AFD Financiamentos em EUR e USD em 31 de dezembro de 2023 e 2022					
Empréstimos	<u>Elegível</u>	<u>Desembolsado</u>	<u>Disponível</u>	<u>FONPLATA</u>	<u>A Pagar</u>
ARG-51/2021-PROSAF	3.780	3.780	--	9.520	--
BRA-33/2022-DOURADOS	11.380	4.220	7.160	28.620	--
Projetos a identificar	14.840	--	14.840	--	--
Total Euros	<u>30.000</u>	<u>8.000</u>	<u>22.000</u>	<u>38.140</u>	<u>8.000</u>
USD equivalentes	<u>33.150</u>	<u>8.840</u>	<u>24.310</u>	<u>42.145</u>	<u>8.840</u>
Linha USD 2018	20.000	20.000	--	--	17.273
Total	<u><u>53.150</u></u>	<u><u>28.840</u></u>	<u><u>24.310</u></u>	<u><u>42.145</u></u>	<u><u>26.113</u></u>

- (5) Em 29 de abril e 6 de dezembro de 2022, o Banco recebeu USD 10.000 e USD 20.000, respectivamente, do Banco Europeu de Investimentos (BEI), no âmbito da linha de financiamento assinada em agosto de 2020, no valor total de USD 60.000. Esses valores somam-se aos USD 12.000 recebidos até 31 de dezembro de 2021. Em 6 de julho de 2023, o Banco recebeu do BEI USD 18.000, completando assim o total contratado nessa linha.
- (6) No exercício findo em 31 dezembro de 2022, o Banco recebeu USD 12.200, sob a nova linha de crédito assinada em junho de 2021 com o “Instituto de Crédito Oficial E.P.E. – (ICO)”, no valor total de USD 15.000. Essa linha soma-se à obtida em 2018, originalmente no valor de USD 15.000, dos quais foram liquidados USD 9.464 que não haviam sido utilizados até a data de sua expiração, em 17 de dezembro de 2020, deixando saldo a pagar pelos desembolsos recebidos de USD 5.536, dos quais USD 1.107 foram amortizados em 2023, permanecendo saldo pendente de USD 15.522 (2022 – USD 1.107 amortizados e saldo pendente de USD 16.629). Não foram registrados novos desembolsos desta linha no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A próxima tabela apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o ICO, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo ainda a ser desembolsado:

Empréstimos	ICO			Disponível
	Elegível	Desembolsado 2022	Desembolsado 2023	
31 de dezembro de 2022				
ARG 23/2015 Estrada de Ferro Belgrano SUR	12.645	12.200	-.-	445
Total	12.645	12.200	-.-	445

- (7) O valor devido sob esta linha de crédito corresponde ao financiamento de USD 100.000 em linha de crédito acordada com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. (BBVA), em junho de 2021, com prazo de 5 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram amortizados USD 16.667, restando saldo pendente de USD 83.333.
- (8) Em 16 de dezembro de 2022, o Banco assinou contrato de empréstimo com a KfW, a fim de financiar projetos da Linha Verde e que contribuam para mitigar as mudanças climáticas e seu o impacto ao meio-ambiente. Este empréstimo é denominado em euros e incorre em juros com base na taxa Euribor mais *spread* fixo. O valor total do financiamento é de EUR 37.000. Este empréstimo pode ser desembolsado até 31 de dezembro de 2024, data em que expira o contrato de financiamento. A amortização do empréstimo está prevista em sete parcelas semestrais iguais e consecutivas, a partir de 15 de maio de 2027, finalizando em 15 de maio de 2030. Em 24 de agosto de 2023, o Banco sacou EUR 21.000, equivalentes a USD 22.768, operação que foi objeto de *hedge* cambial e de taxa contratada junto ao BBVA, a fim de alinhar a moeda do passivo com o dólar estadunidense e a taxa com a SOFR composta, que é a taxa de referência dos financiamentos concedidos.

A tabela a seguir apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o KfW, o valor total a ser financiado, o montante utilizado até hoje e o saldo disponível:

Empréstimos	KfW		
	Elegível	Desembolsado	Disponível
31 de dezembro de 2023			
ARG23/2015 Belgrano Sur	10.500	-.-	10.500
PAR26/2018 Ande Valenzuela	21.000	21.000	-.-
PAR29/2022 Ande Chaco	5.500	-.-	5.500
Total Euros	37.000	21.000	16.000
USD equivalentes	40.885	23.205	17.680

(ii) Títulos e instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de valor justo

Como indicado nas Notas 2 e 4.10, entre 2019 e 2021, o Banco realizou três emissões de títulos no mercado de capitais suíço, identificados como FONPLATA24, FONPLATA26 e FONPLATA28, de acordo com o ano do respectivo vencimento. Essas emissões são denominadas em francos suíços à taxa de juros fixa com cupom anual e pagamento do principal no vencimento. FONPLATA 24, com valor total de CHF 150.000, foi emitido com prazo de 5 anos e vencimento em 11 de março de 2024; FONPLATA 26, com valor total de CHF 200.000, foi emitido com prazo de 5 1/2 anos e vencimento em 3 de setembro de 2026; e FONPLATA28, com valor total de CHF 150.000, foi emitido com prazo de 7 anos e vencimento em 1º de dezembro de 2028.

No final de março de 2023, o Banco ingressou no mercado de capitais japonês, realizando sua primeira emissão de títulos sustentáveis. Esta emissão consistiu em duas séries, a primeira com vencimento em março de 2028, no valor de JPY 3.000.000, equivalentes a USD 22.509, com taxa fixa e cupom semestral, e a segunda, com vencimento em outubro de 2029, no valor de JPY 4.200.000, equivalentes a USD 31.513, à taxa fixa com cupom semestral. Ademais, como indicado acima na Nota 8.5 (i) (1) e (4), o Banco contratou nova linha de crédito com a CAF, denominada em dólares estadunidenses e à taxa de juros Term SOFR, além de duas novas linhas de crédito, uma com a AFD e outra com a KfW, denominadas em euros à taxa Euribor. Em agosto de 2023, o Banco sacou EUR 21.000, equivalentes a USD 22.768 (2022 – EUR 8.000, equivalentes a USD 8.519, sacados da linha contratada com a AFD, denominada em euros à taxa Euribor).

Seguindo sua política de gestão de riscos, o Banco contrata derivativos para a troca de obrigações denominadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e com taxas de juros diferentes da taxa de referência dos empréstimos, por obrigações denominadas em dólares estadunidenses sobre as quais incidem juros com base na taxa de referência da carteira de empréstimos. De acordo com a natureza dessas transações, o Banco considerou que as operações de *swap* cambial e de taxa de juros realizadas são eficazes para neutralizar tanto os riscos de diferenças cambiais quanto de variações na taxa de juros. Consequentemente, o Banco designou esses derivativos como operações de *hedge* de valor justo, de acordo com a IFRS 9.

A seguir apresentamos os *swaps* cambiais em vigor em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente:

31 de dezembro de 2023

1. HSBC – *Swap* cambial e de taxa de juros referente aos Títulos Sustentáveis série 1, JPY 3.000.000, com prazo de 5 anos e taxa anual fixa de 1,21% com cupom semestral, trocado por USD 22.509, com prazo de 5 anos com juros baseado na SOFR composta mais *spread*, e Títulos Sustentáveis série 2, JPY 4.200.000, com prazo de 6 ½ anos à taxa fixa anual de 1,3% com cupom semestral, trocado por USD 31.513, com prazo de 6 ½ anos e taxa de juros baseada na SOFR composta mais *spread*.
2. BBVA – *Swap* cambial e de taxa de juros referentes a EUR 21.000 desembolsados pela KfW à taxa Euribor, trocado por USD 22.768 com taxa SOFR composta em 28 de agosto de 2023, com prazo de 5 anos, em 15 de novembro de 2028. Esta operação de *swap* prevê a troca de juros semestrais de 3,8% em Euribor mais *spread* pelo pagamento por parte do Banco de juros semestrais baseados na SOFR composta mais *spread*.

31 de dezembro de 2022

1. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 150.000, com prazo de 5 anos à taxa fixa com cupom anual de 0,578%, mais 1 ponto base de comissão para o agente pagador, por USD 148.809, com prazo de 5 anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa LIBOR de 6 meses.
2. CS – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 200.000, com prazo de 5 ½ anos à taxa fixa com cupom anual de 0,556%, por USD 222.668, mais 1 ponto base de comissão para o agente pagador, com prazo de 5 ½ anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa LIBOR de 6 meses.
3. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para troca de CHF 150.000, com prazo de 7 anos à taxa fixa com cupom anual de 0,7950%, por USD 164.474, mais 1 ponto base de comissão para o agente pagador, com prazo de 7 anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa LIBOR de 6 meses.
4. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para troca de EUR 8.000, referente ao primeiro desembolso do empréstimo contratado com a AFD (Nota 8.5 (i) (4)) à taxa Euribor mais *spread* fixo. Esta operação de *swap* cobre o período da dívida contraída a partir de 23 de dezembro de 2022 até seu vencimento, em 31 de janeiro de 2034, e incorre em juros sobre total equivalente a USD 8.516 com base na SOFR composta, que é a taxa de referência de todos os empréstimos concedidos pelo Banco a partir de 1º de janeiro de 2022 (Nota 6.2).
5. DB – *Swap* de taxas de juros dos desembolsos recebidos em dezembro de 2023 da linha de crédito contratada com a CAF em 2021 (Nota 8.5 (i) (1)), para troca da taxa Term SOFR pela SOFR composta, que é a taxa de referência das operações de empréstimos do Banco. Essas operações de *hedge* ocorreram no dia 27 de janeiro de 2023, com cobertura retroativa a 1º e 6 de dezembro de 2022, data em que foram recebidos os desembolsos. O valor justo da dívida contraída junto à CAF e das operações de *hedge* de taxa de juros a receber e a pagar, em 31 de dezembro de 2022, é igual ao valor ao custo amortizado da dívida na mesma data, que é de USD 100.000. A operação de *hedge* resultou na diferença de juros a favor do Banco em 31 de dezembro de 2022, no valor de USD 81.000, que se encontram refletidos no menor custo de encargos financeiros.

O Banco assinou contrato mestre ISDA com cada uma de suas contrapartes, que determina que cada parte deve compensar a outra com garantia por qualquer diferença no risco de crédito como resultado de mudança na cotação diária das operações de *swap* devido a mudanças nas taxas de juros e cambial. A garantia a ser integralizada pela parte que estiver em déficit pode consistir em numerário ou letras do Tesouro dos Estados Unidos e é constituída toda vez que esse déficit ultrapassar o valor estipulado com cada contraparte. O Banco usa seu próprio modelo de avaliação para monitorar a equidade e a razoabilidade das cotações realizadas pelas contrapartes, o qual se baseia em informações de mercado sobre taxas de juros e taxas de câmbio fornecidas pelo serviço financeiro da Bloomberg.

Caso a garantia seja integralizada em dinheiro, a parte que a receber estará obrigada a pagar à contraparte juros com base na taxa de juros interbancária publicada pelo *Federal Reserve* dos Estados Unidos.

Os juros recebidos ou pagos pelo Banco referente à garantia mantida com suas contrapartes são registrados em outras receitas/despesas na DRE. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco possui valor líquido a receber de suas contrapartes de USD 20.612 (2022 – USD 36,858).

O valor total de juros recebidos e pagos como garantia às contrapartes baseia-se na taxa de juros das aplicações do *Federal Reserve* dos Estados Unidos. No exercício financeiro de 2023, o Banco recebeu juros relativos à garantia mantida com suas contrapartes no valor de USD 1.280 (2022 – USD 847) e pagou pela garantia recebida de suas contrapartes o valor de USD 223 (2022 – USD 2).

Os ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial, considerando que o Banco tem o direito, por contrato, de compensar os montantes reconhecidos e a intenção de cumprir o contrato, compensando a obrigação líquida, ou de realizar o ativo e saldar o passivo de forma simultânea.

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros reconhecidos como se tivesse sido executada a opção de compensação (operações de *swap* de taxa e cambial e de garantia) com base no direito de compensação e liquidação emergente do contrato, que não foi efetivado até 31 de dezembro de 2023. A coluna “montante líquido” mostra o impacto sobre o balanço patrimonial do Banco, caso o direito à compensação e liquidação seja executado.

	Montantes brutos USD	Montantes brutos compensados no balanço patrimonial USD	Montantes líquidos apresentados no balanço patrimonial USD
31 de dezembro de 2023			
Crédit Suisse (CS):			
Ativos financeiros			
Swap cambial e de taxa de juros a receber ¹	238.455	(236.976)	1.479
Garantia a receber	5.490	-.-	5.490
Subtotal derivativos a receber	243.945	(236.976)	6.969
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar ¹	(236.976)	236.976	-.-
Subtotal derivativos a pagar	(236.976)	236.976	-.-
Exposição líquida de derivativos a receber CS	6.969	-.-	6.969
J.P. Morgan (JPM):			
Ativos financeiros			
Swap cambial e de taxa de juros a receber ²	366.428	(366.428)	-.-
Subtotal derivativos a receber	366.428	(366.428)	-.-
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar ²	(336.181)	366.428	30.247
Garantia a pagar	(30.392)	-.-	(30.392)
Subtotal derivativos a pagar	(366.573)	366.428	(145)
Exposição líquida de derivativos a pagar JPM	(145)	-.-	(145)

Deutsche Bank (DB):

	Montantes brutos USD	Montantes brutos compensados no balanço patrimonial USD	Montantes líquidos apresentados no balanço patrimonial USD
Ativos financeiros			
Swap de taxa de juros a receber	50.490	(50.488)	2
Subtotal derivativos a receber	50.490	(50.488)	2
Passivo financeiro			
Swap de taxa de juros a pagar	(50.488)	50.488	-.-
Subtotal derivativos a pagar	(50.488)	50.488	-.-
Exposição líquida de derivativos a receber DB	2	-.-	2
HSBC:			
Ativos financeiros			
Swap cambial e de taxa de juros a receber	55.277	(55.277)	-.-
Garantia a receber	4.760		(4.760)-
Subtotal derivativos a receber	60.037	(55.277)	60.037
Passivo financeiro			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar	(60.030)	60.037	7
Subtotal derivativos a pagar	(60.030)	60.037	7
Exposição líquida de derivativos a pagar ao HSBC	7	-.-	7
BBVA:			
Ativos financeiros			
Swap cambial e de taxa de juros a receber	24.112	(24.112)	-.-
Subtotal derivativos a receber	24.112	(24.112)	-.-
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar	(23.676)	24.112	436
Garantia a pagar	(470)	-.-	(470)
Subtotal derivativos a pagar	(24.146)	24.112	(34)
Exposição líquida de derivativos a pagar BBVA	(34)	-.-	(34)
Posição líquida de derivativos a receber	6.799	-.-	6.799
31 de dezembro de 2022			
Crédit Suisse (CS):			
Ativos financeiros			
Swap cambial e de taxa de juros a receber ¹	210.781	(238.047)	(27.266)
Garantia a receber	27.270	-.-	27.270
Subtotal derivativos a receber	238.051	(238.047)	4
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar ¹	(238.047)	238.047	-.-
Subtotal derivativos a pagar	(238.047)	238.047	-.-
Exposição líquida de derivativos a receber de CS	4	-.-	4
J.P. Morgan (JPM):			

	Montantes brutos USD	Montantes brutos compensados no balanço patrimonial USD	Montantes líquidos apresentados no balanço patrimonial USD
Ativos financeiros			
Swap cambial e de taxa de juros a receber ²	329.137	(338.724)	(9.587)
Garantia a receber	9.588	-.-	9.588
Subtotal derivativos a receber	338.725	(338.724)	1
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar ²	(338.724)	338.724	-.-
Subtotal derivativos a pagar	(338.724)	338.724	-.-
Exposição líquida de derivativos a receber de JPM	1	-.-	1
Deutsche Bank (DB):			
Ativos financeiros			
Swap de taxa de juros a receber	100.000	(100.000)	-.-
Subtotal derivativos a receber	100.000	(100.000)	-.-
Passivo financeiro			
Swap de taxa de juros a pagar	(100.000)	100.000	-.-
Posição líquida de derivativos com DB	-.-	-.-	-.-
Posição líquida de derivativos a receber	5	-.-	5

¹ Com base nas cláusulas que regem o contrato da operação de *swap* cambial e de taxas contraída originalmente com o CS, que foi absorvido pelo UBS Group AG (UBS) em março de 2023, no terceiro trimestre de 2023, a taxa de juros foi automaticamente modificada da LIBOR de 6 meses para a SOFR composta. Essa modificação é consistente com a taxa de referência aplicável às operações de empréstimo concedidas pelo Banco.

² Como se indica na Nota 2-B, em dezembro de 2022, o Banco substituiu a taxa LIBOR de 6 meses pela taxa SOFR composta, que é a taxa de referência de mais de 60% da carteira de empréstimos, em suas operações de *swap* cambial e de taxa com o JPM. Esta substituição é efetiva para os vencimentos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Todos os derivativos são mensurados ao valor justo, usando técnicas de avaliação, com base no uso de informações do mercado confiáveis e observáveis na medida do possível, portanto são classificados no nível 2 (Nota 8.7).

A dívida a pagar, classificada de acordo com sua data contratual de vencimento, é a seguinte:

	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
	USD	USD
Até um ano	318.884	104.592
De um a dois anos	41.992	298.900
De dois a três anos	251.734	41.992
De três a quatro anos	17.181	224.346
De quatro a cinco anos	201.071	12.928
Mais de cinco anos	221.930	294.606
Total	1.052.792	977.364

(iii) Valor justo das dívidas

Os depósitos a prazo obtidos de bancos centrais e os empréstimos contratados com OMDs e outras instituições são mensurados ao custo amortizado. Estima-se que o valor contábil se aproxima de seu valor justo toda vez que os fluxos de caixa a serem usados para quitar os saldos pendentes são muito semelhantes ao valor contábil da dívida.

Os recursos captados por meio de dívidas e os títulos emitidos em moedas diferentes do dólar estadunidense e taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimo são objeto de operações de *swap* cambial e de taxa, a fim de mitigar a exposição a variações das taxas de câmbio e de juros, e são mensuradas ao valor justo. O efeito líquido dessas variações é reconhecido na demonstração de resultados em “Outras receitas”.

(iv) Exposição ao risco

As Notas 6 e 7, respectivamente, oferecem informações referentes ao risco de exposição associado às dívidas contraídas.

8.6 Fundos especiais

O saldo que o Banco mantém com fundos especiais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, inclui os seguintes itens:

	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
	USD	USD
FOCOM	15.768	14.230
PAC	4.913	4.184
PCT	3.826	4.221
Total	24.507	22.635

A Assembleia de Governadores do Banco pode criar fundos especiais para fins específicos, que são considerados entidades jurídicas separadas e independentes do Banco e cujo controle é exercido diretamente pelos países membros, por meio da Assembleia de Governadores. Portanto, os saldos desses fundos não são consolidados pelo Banco.

Os fundos especiais foram criados pela Assembleia de Governadores em 2014 e são financiados por meio da distribuição de parte dos resultados acumulados não alocados ou lucros retidos mantidos na reserva de capital. Em 1º de dezembro de 2023, foi aprovado pela Assembleia de Governadores a distribuição dos lucros acumulados não alocados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (ASG/RES-200/2023).

- a. Fundo especial para a compensação da taxa de operações (conhecido como FOCOM): O objetivo deste fundo, de ajuda na redução do custo financeiro decorrente dos empréstimos contraídos por Bolívia, Paraguai e Uruguai com o Banco, foi ampliado, em 2020, para todos os países membros no caso de operações que possam ser elegíveis sob a Linha Verde, projetos com impacto ambiental e projetos sob a Linha de Reativação Econômica. Esta ajuda é realizada por meio do pagamento de parte dos juros devidos semestralmente pelos tomadores de recursos. O pagamento do benefício concedido por este fundo é contingente e determinado anualmente, em nome dos tomadores de recursos. Em 1º de dezembro de 2023 (RAG – 200), a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o FOCOM de USD 4.300 dos resultados acumulados não alocados até 31 de dezembro de 2022. A partir de sua criação em maio de 2014 e até 31 de dezembro de 2023, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para este fundo de USD 25.910 dos resultados acumulados a título de contribuição (2022 – USD 21.610).
- b. Programa de Cooperação Técnica (PCT): Este fundo foi criado por meio da transformação e do repasse de recursos do Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Integração Regional (FONDEPRO) para o PCT. O PCT visa promover o desenvolvimento e a integração regional – foco estratégico do Banco – por meio do financiamento de estudos, troca de conhecimentos técnicos, apoios e outras iniciativas. Em 16 de dezembro de 2022 (RAG – 192), a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o PCT de USD 500 dos resultados acumulados não alocados até 31 de dezembro de 2021. Não foram alocados recursos adicionais ao PCT em 2023. A partir de sua criação e até 31 de dezembro de 2023, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação a título de contribuição ao PCT de USD 5.000 dos resultados acumulados não alocados (2022 – USD 5.000).
- c. Fundo de Pensão: Conforme explicado na Nota 4.13 – Outros benefícios a colaboradores, em 14 de agosto de 2018, a Diretoria-Executiva aprovou o Fundo de Pensão (PAC). O PAC foi efetivado em 1º de novembro de 2018, com vigência nos primeiros oito anos da relação de trabalho do colaborador. O PAC mantém o benefício a título de indenização por tempo de serviço, e o Banco contribui com o aporte de 100% do montante da taxa de contribuição dos colaboradores participantes da poupança voluntária.

A poupança voluntária é opcional e os colaboradores que resolverem não participar receberão apenas o benefício de indenização. Há um percentual máximo e um mínimo de poupança voluntária, equivalente a um mês de salário por ano de serviço (8,33%) e meio mês de salário por ano de serviço (4,17%), respectivamente.

A escolha da percentagem de poupança voluntária é feita anualmente, antes do início de cada exercício. A vigência do PAC é de oito anos, contados a partir da contratação do/a colaborador/a. Além disso, e como incentivo para reter os colaboradores, o PAC prevê um período de elegibilidade de quatro anos. Quando ocorre o encerramento da relação de trabalho, os participantes têm direito de resgatar do PAC a totalidade do benefício acumulado a título de indenização, as contribuições realizadas a título de poupança voluntária, incluindo os rendimentos acumulados, bem como as contribuições do Banco para a poupança voluntária e os respectivos rendimentos acumulados.

Ao longo do período de elegibilidade, o Banco aplica um percentual de retenção, reduzindo o montante disponível para resgate para os participantes com tempo de serviço inferior a quatro anos. Esse percentual de retenção é aplicado apenas ao montante correspondente às contribuições feitas pelo Banco com base na poupança voluntária realizada pelos participantes e nos decorrentes rendimentos acumulados. O percentual de retenção aplicável é: 75% no primeiro ano de serviço, 50% no segundo, 25% no terceiro e 0% ao final do quarto ano de serviço, momento no qual o participante passa a ser elegível para resgatar a totalidade dos recursos acumulados em sua conta do PAC por ocasião do encerramento do vínculo empregatício.

O quadro a seguir apresenta detalhe dos recursos acumulados e do total disponível no PAC para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Contribuições para benefício de indenização USD	Contribuição de poupança voluntária de colaboradores USD	Contribuições s/poupança voluntária do FONPLATA USD	Total acumulado USD	Total disponível para pagamento de benefícios USD	Montante diferido USD
31 de dezembro de 2023						
Saldos em 31 de dezembro de 2022: ¹	1.775	1.379	1.031	4.184	4.130	54
Mudanças no tempo de serviço	--	--	--	--	39	(39)
Contribuição benefício de rescisão contratual	475	--	--	475	475	--
Poupança voluntária dos participantes	--	353	353	707	657	49
Poupança voluntária adicional dos participantes	--	79	--	79	79	--
Receita acumulada sobre investimentos	--	66	51	116	116	--
Resgates	(218)	(250)	(180)	(648)	(648)	--
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.032	1.628	1.255	4.913	4.849	64
31 de dezembro de 2022						
Saldos em 31 de dezembro de 2021: ¹	1.889	1.260	906	4.056	3.976	80
Mudanças no tempo de serviço	--	--	--	--	64	(64)
Contribuição benefício de rescisão contratual	471	--	--	471	471	--
Poupança voluntária dos participantes	--	358	358	716	673	43
Poupança voluntária adicional dos participantes	--	65	--	65	65	--
Receita acumulada sobre investimentos	--	13	10	24	24	--
Resgates	(585)	(318)	(243)	(1.148)	(1.144)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.775	1.379	1.031	4.184	4.130	54

¹ O saldo inicial disponível para o pagamento de benefícios foi ajustado por arredondamento ao milhar.

Os ativos e passivos dos fundos especiais são administrados pelo Banco, independentemente da gestão de seus ativos e passivos, aplicando as mesmas políticas, procedimentos e estrutura de controle interno usada na administração dos ativos e passivos ligados ao objetivo do Banco. As receitas acumuladas, atribuíveis a cada um desses fundos, são apuradas com base na proporção de ativos de cada fundo que possam ser investidos com o montante da carteira de investimentos gerida pelo Banco, multiplicada pelo resultado obtido de investimentos em cada exercício. O investimento dos ativos líquidos dos fundos especiais geridos pelo Banco e as receitas geradas por esses investimentos são contabilizados por meio de contas mantidas para cada fundo especial.

8.7 Reconhecimento e mensuração do valor justo

Esta nota apresenta informações sobre os julgamentos e estimativas usados na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros reconhecidos e mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras.

A determinação do valor justo a ser atribuído a seus ativos e passivos financeiros é realizada obtendo valores de acordo com os três níveis estabelecidos pelas normas de contabilidade. A explicação de cada nível é apresentada a seguir.

	Nível 1 USD	Nível 2 USD	Nível 3 USD
<u>31 de dezembro de 2023</u>			
Investimentos ao valor justo por meio de ORA – Nota 8.2	376.448	-.-	-.-
Dívidas a valor justo por meio do resultado – Nota 8.5 (i)	(743,693)	-	-.-
Operações de <i>hedge</i> a receber ao valor justo por meio de resultados – Nota 8.5 (ii)	-	734.762	-.-
Operações de <i>hedge</i> a pagar a valor justo por meio de resultados – Nota 8.5 (ii)	-	(707.351)	-.-
<u>31 de dezembro de 2022</u>			
Investimentos a valor justo por meio de ORA – Nota 8.2	338.850	-.-	-.-
Dívidas a valor justo por meio de resultados – Nota 8.5 (i)	(501.248)	-.-	-.-
Operações de <i>hedge</i> a receber a valor justo por meio de resultados – Nota 8.5	-	539.918	-.-
Operações de <i>hedge</i> a pagar a valor justo por meio de resultados – Nota 8.5	-	(576.772)	-

As duas séries de títulos sustentáveis emitidos no Japão correspondem à emissão privada. O valor justo para este investimento deriva de valores de mercado para títulos similares listados no mercado de valores japonês, com base nas informações e no modelo fornecidos pela plataforma de informações financeiras da Bloomberg. Com exceção da avaliação desses títulos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram mantidos instrumentos financeiros que devessem ser mensurados ao valor justo de forma recorrente, para os quais o Banco tenha tido que usar as metodologias de avaliação estabelecidas nos níveis 2 e 3. No caso de alterações nos métodos de determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros de investimento, é política do Banco reconhecer o impacto dessas alterações.

- **Nível 1:** O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (tais como investimentos a valor de mercado) baseia-se nos preços de cotação de mercado determinados no final do período. O preço de cotação usado para os ativos financeiros mantidos pelo Banco é o preço de mercado. Esses instrumentos são incluídos no nível 1.
- **Nível 2:** O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação baseadas no uso de informações confiáveis e observáveis do mercado, na medida do possível. Quando todas as informações necessárias para determinar o valor justo de um instrumento são observáveis, o instrumento é incluído no nível 2. O Banco não possui instrumentos financeiros neste nível.

- Nível 3: Quando não é possível obter do mercado as informações consideradas significativas ou de relevo para a determinação do valor justo, os instrumentos financeiros são incluídos no nível 3. O Banco não possui instrumentos financeiros neste nível.

NOTA 9 – ATIVOS E PASSIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os ativos e passivos não financeiros do Banco, incluindo:

- Informações específicas sobre cada tipo de ativo e passivo não financeiro.
- Políticas contábeis aplicadas.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos ativos e passivos, incluindo os julgamentos profissionais utilizados e as incertezas das estimativas aplicadas.

9.1 Propriedades e equipamentos, líquido

Propriedades e equipamentos incluem os seguintes itens:

	<u>Propriedades</u> <u>USD</u>	<u>Equipamento</u> <u>e móveis</u> <u>USD</u>	<u>Obras de</u> <u>Arte</u> <u>USD</u>	<u>Veículos</u> <u>USD</u>	<u>Total¹</u> <u>USD</u>
<u>Valor de origem</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.857	2.641	87	49	7.634
Adições	-.-	694	-.-	-.-	694
Bens de uso em trânsito	-.-	32	-.-	-.-	32
Baixas	(392)	(86)	-.-	-.-	(478)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.465	3.281	87	49	7.882
Adições	-.-	139	-.-	-.-	139
Imobilizado de uso em trânsito	-.-	10	-.-	-.-	10
Baixas	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
<u>Valor de origem em 31 de dezembro de 2023</u>	4.465	3.430	87	49	8.031
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	679	1.165	-.-	49	1.893
Baixas	(22)	(33)	-.-	-.-	(55)
Depreciação	102	262	-.-	-.-	364
Saldo em 31 de dezembro de 2022	759	1.394	-.-	49	2.202
Baixas	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
Depreciação	146	466	-.-	-.-	612
<u>Depreciação acumulada em 31 de dez. de 2023</u>	905	1.861	-.-	49	2.815
<u>Valor líquido resultante em 31 de dez. de 2023</u>	3.560	1.569	87	-.-	5.216
<u>Valor líquido resultante em 31 de dez. de 2022</u>	3.706	1.887	87	-.-	5.680

¹ Os saldos iniciais e as somas parciais incluem diferenças por arredondamento.

O valor líquido resultante de salas comerciais, estacionamentos e espaços para armazenamento que fazem parte da sede central do Banco incluem o montante de reavaliação técnica reconhecida em 31 de dezembro de 2018, de USD 812. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, esta reserva foi reduzida em USD 24 e USD 93, respectivamente, como resultado da depreciação do período e, em 2022, da venda de salas comerciais localizadas no 3º andar da sede principal do Banco, como se explica a seguir. A reserva por reavaliação técnica é classificada em outros resultados abrangentes. O montante desta reserva é reduzido por meio da depreciação e poderia ser ajustado com base em reavaliações técnicas posteriores.

Em janeiro de 2022, como resultado da abertura dos Escritórios de Ligação em seus países membros e a alocação de pessoal técnico para esses escritórios, além da adoção de modelo híbrido de trabalho, o Banco otimizou o espaço físico ocupado em sua sede principal, o que possibilitou a venda das salas ocupadas no 3º andar. O valor da venda foi de USD 450, determinados com base no valor de mercado, representando lucros líquidos de USD 116 após dedução do valor líquido, resultante de USD 320 mais impostos de transferência, no valor de USD 14.

(i) Métodos de depreciação, reavaliação e vidas úteis

A propriedades são reconhecidas ao valor justo com base em avaliações periódicas realizadas por perito independente, menos a depreciação desses ativos. Os outros ativos incluídos neste item são reconhecidos ao valor de custo histórico menos a depreciação acumulada.

A depreciação é apurada usando o método de linha reta para reconhecer os custos ou valores reavaliados, de acordo com as vidas úteis estimadas dos ativos. As vidas úteis aplicadas para a depreciação dos ativos são as seguintes:

Item	Vida útil
Propriedades:	
Terrenos	Não são amortizados
Edifícios	40 anos ou o valor que venha a surgir da reavaliação técnica, o que for menor
Equipamento e móveis:	
Melhorias em imóveis arrendados	Termo do contrato
Móveis e equipamento	8 a 10 anos
Equipamento de computação e aplicativos	4 a 7 anos
Veículos	5 anos
Obras de arte	Não são amortizados

Na Nota 4.9 são incluídas informações adicionais sobre as políticas contábeis aplicadas a propriedades e equipamento.

(ii) Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas se as propriedades tivessem sido determinadas ao custo histórico

Se as propriedades tivessem sido determinadas ao custo histórico, os saldos teriam sido os seguintes:

	Em 31 de dezembro de	
	2023 USD	2022 USD
Custo	4.044	4.044
Depreciação acumulada	(703)	(583)
Total	3.341	3.461

9.2 Diversos

Este item inclui saldos menores devidos ao Banco por empréstimos ao pessoal, adiantamentos a provedores, despesas pagas antecipadamente, despesas diferidas e depósito de caução para o escritório de ligação em Assunção, Paraguai.

O Banco assinou contratos de aluguel de médio prazo para assegurar o espaço para seus escritórios de ligação em Buenos Aires, Argentina, Brasília, Brasil, e Montevidéu, Uruguai. Os arrendamentos por períodos superiores a um ano são reconhecidos e contabilizados em conformidade com a IFRS 16. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram pagos aluguéis e juros implícitos no valor total de USD 222 e USD 165, respectivamente. A tabela a seguir apresenta as informações relevantes sobre os arrendamentos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 respectivamente.

	Obrigação de arrendamento	
	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	USD	USD
Assunção – Paraguai, contrato de aluguel de 3 anos assinado em 1º de janeiro de 2023, com vencimento em 31 de dezembro de 2026. O contrato estipula pagamentos mínimos mensais de USD 2,5, incluindo duas vagas de estacionamento, mais valor adicional mensal fixo de USD 0.075 por uma vaga extra de estacionamento e prevê ajuste anual de 4% a partir de 1º de janeiro de 2024.	69	--
Montevidéu – Uruguai, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 20 de novembro de 2020, incluindo ampliação pela locação de 75 m ² adicionais em junho de 2022. O contrato estipula pagamentos mínimos em dólares estadunidenses de USD 2,5 a partir de 1º de fevereiro de 2021 até 1º de janeiro de 2024. A partir da ampliação, em junho de 2022, o pagamento mínimo é de USD 3,9 mensais. Os pagamentos mínimos de aluguel estão sujeitos a aumento anual de 4%.	7	83
Brasília – Brasil, contrato de aluguel de 3 anos, assinado em 15 de março de 2021, com pagamentos mínimos de USD 2,1, denominados em Reais, e sujeito a ajustes anuais com base no índice de preços de inflação local. O contrato de arrendamento vence em 14 de março de 2024.	6	31
Buenos Aires – Argentina, contrato de aluguel de 3 anos, a partir de 1º de fevereiro de 2022 até 31 de janeiro de 2025, com pagamento mínimo mensal de USD 5,4, incluindo o imposto sobre valor agregado e amortização de melhorias.	76	152
Total	158	266

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o montante total de diversos a receber é de USD 1.399 e USD 1.088, respectivamente.

9.3 – Outros passivos

Este item inclui juros e taxas acumulados a pagar por dívidas contraídas, bem como saldos menores a pagar a provedores e reembolsos a colaboradores. Ademais, e conforme assinalado na Nota 9.2, inclui o reconhecimento da parte não amortizada do passivo contraído pelo contrato de aluguel do escritório de ligação em Montevideu, Uruguai.

A composição de outros passivos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, é a seguinte:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
	USD	USD
Juros e taxas sobre dívidas	15.158	9.638
Contas a pagar e liquidações	717	390
Parte não amortizada de aluguéis	158	266
Total	<u>16.033</u>	<u>10.294</u>

NOTA 10 – PATRIMÔNIO

10.1 Capital

Em 28 de janeiro de 2016, a 14ª Assembleia Extraordinária de Governadores aprovou novo aumento de capital de USD 1.375.000, passando o capital de USD 1.639.200 para USD 3.014.200. O novo aumento de capital efetivou-se em 2017, com o processo de subscrição pelos países membros de suas parcelas de capital a ser pago em dinheiro, totalizando USD 550.000, e do compromisso da totalidade do capital exigível, totalizando USD 825.000.

Nessa oportunidade foi acordado integralizar o capital a ser pago em dinheiro em oito parcelas. Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai comprometeram-se a integralizar suas parcelas entre 2018 e 2024, e o Brasil, entre 2018 e 2026. No final do processo de integralização, o capital a ser pago em dinheiro totalizará USD 1.349.200.

A totalidade do capital exigível, i.e., USD 1.665.000, foi subscrita e autorizada pelos países membros em 31 de dezembro de 2018. O pagamento do capital exigível subscrito ocorrerá quando for requerido, após aprovação pelos Governadores, caso seja necessário para cumprir com as obrigações financeiras do Banco, na falta de condições de fazê-lo com recursos próprios.

Como indicado na Nota 1 – “Antecedentes”, o novo Convênio Constitutivo do Banco, aprovado pela Assembleia de Governadores em novembro de 2018 e ratificado pelos cinco países membros em 27 junho de 2023, entrará em vigor em 27 de janeiro de 2024. Nessa ocasião, o capital será expresso em ações com valor nominal de USD 10.

Além disso, em 5 de fevereiro de 2024, com base nas recomendações da Diretoria-Executiva, a Assembleia de Governadores aprovou aumento do capital autorizado de USD 3.014.200 para USD 6.500.000. Esse aumento contempla a adição de novos membros. A distribuição do aumento do capital autorizado entre “Membros Fundadores, ações Classe A” e “Novos Membros, ações Classe B”, será tratada pela Assembleia de Governadores nos próximos meses.

Com base no montante de capital subscrito e pago pelos países membros em 27 de janeiro de 2024, data de entrada em vigor do novo Convênio Constitutivo que denomina o capital em ações de valor nominal de USD 10 cada uma, o número de ações em circulação e subscritas a serem integralizadas é o que segue:

Capital Autorizado Emitido em 27 de janeiro de 2024 (número de ações)					
País membro	Ações de capital a ser pago em dinheiro			Ações de capital exigível subscritas e autorizadas	Total de ações emitidas
	Subscritas e integralizadas	Ações subscritas a integralizar	Total		
Argentina	38.741	6.233	44.974	55.501	100.476
Bolívia	13.952	1.039	14.990	18.499	33.490
Brasil	40.441	4.533	44.974	55.501	100.476
Paraguai	13.952	1.039	14.990	18.499	33.490
Uruguai	13.952	1.039	14.990	18.499	33.490
	<u>121.037</u>	<u>13.883</u>	<u>134.920</u>	<u>166.500</u>	<u>301.420</u>

A composição do capital do Banco por país membro em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, é a que segue:

País membro ⁱ	Capital subscrito		Capital autorizado		Total	%
	Em espécie	Exigível	Em espécie	Exigível		
	USD	USD	USD	USD		
• Argentina	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Bolívia	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Brasil	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Paraguai	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Uruguai	149.904	184.990	149.904	184.990	334.894	11,1%
	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>3.014.200</u>	<u>100,0%</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Banco recebeu capital em dinheiro dos países membros no total de USD 128.707 e USD 75.194, respectivamente. Os montantes de capital subscrito e ainda não integralizado, bem como de capital exigível e autorizado, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, são os seguintes:

País membro	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Capital subscrito em dinheiro			Capital subscrito em dinheiro		
	Em espécie	A	Total	Em espécie	A	Total
	ⁱ	integralizar ⁱ		ⁱ	integralizar ⁱ	
USD	USD	USD	USD	USD	USD	
• Argentina	387.410	62.334	449.744	387.411	62.333	449.744
• Bolívia	139.515	10.389	149.904	129.126	20.778	149.904
• Brasil	404.412	45.332	449.744	306.871	142.873	449.744
• Paraguai	139.515	10.389	149.904	129.126	20.778	149.904
• Uruguai	139.515	10.389	149.904	129.126	20.778	149.904
Total	1.210.367	138.833	1.349.200	1.081.660	267.540	1.349.200

Conforme indicado na Nota 2, em 3 de janeiro de 2023 e em 27 de abril de 2023, o Banco recebeu do Brasil USD 69.842 e USD 27.698, respectivamente, referente ao saldo remanescente das parcelas de capital acordadas para o período de 2020 a 2022 e parcela de capital a pagar em espécie subscrito para 2023. No mês de outubro de 2023, Bolívia, Paraguai e Uruguai integralizaram a subscrição das parcelas em dinheiro, no valor de USD 10.389 cada um.

31 de dezembro de 2023 e de 2022:

País membro	Capital subscrito exigível ⁱ
	Autorizado ⁱⁱ
	USD
• Argentina	555.014
• Bolívia	184.991
• Brasil	555.014
• Paraguai	184.991
• Uruguai	184.990
Total	1.665.000

ⁱ Em 31 de dezembro de 2018, todos os países membros haviam subscrito e autorizado o total de sua participação no capital exigível.

ⁱⁱ Devido ao arredondamento em milhares de dólares estadunidenses, os montantes parciais podem não concordar com o total.

10.2. Outras reservas

Conforme explicado na Nota 8.2 (iv), outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, incluem:

- (i) **Reserva para alterações no valor justo de investimentos – VJORA:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva viu-se aumentado por ganho de USD 4.213, para uma perda acumulada de USD 401 (2022 – USD 1.191 de ganhos não realizados para total acumulado de perdas não realizadas de USD 4.615).
- (ii) **Reserva para reavaliação de propriedades:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, esta reserva viu-se reduzida em USD 24 pela depreciação no exercício, para saldo de USD 612 (2022 – USD 93 para saldo de USD 636, como resultado da venda das salas ocupadas no 3º andar da sede principal do Banco, por USD 66, e USD 27 pela depreciação no exercício).

10.3. Lucros acumulados e reserva geral

Os lucros acumulados em 31 de dezembro de 2023 totalizam USD 92.063 e correspondem totalmente à receita líquida obtida entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023 (2022 – USD 47.615). Esse é o lucro após dedução de USD 1.390 de perdas não realizadas referentes ao reconhecimento de dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência dos empréstimos e às operações de cobertura contratadas para mitigar os riscos de exposição às variações cambiais e de taxas de juros (2022 – USD 6.370 de lucros não realizados). Esses resultados não realizados resultam da diferença líquida da mensuração da dívida original e das coberturas a receber e a pagar no encerramento do exercício e vão convergindo a zero à medida que a dívida original e a cobertura expirem, quando o Banco fará a troca dos fluxos de caixa contratados e acordados com suas contrapartes.

As políticas do Banco preveem que os Resultados acumulados não alocados sejam usados para assegurar a preservação do valor do patrimônio no tempo e, também, para financiar o Fundo Especial Compensação da Taxa Operacional (FOCOM) e o Programa de Cooperação Técnica (PCT).

O montante da reserva de capital em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, é o seguinte:

	Reserva de Capital
	USD
Saldo em 31 de dezembro de 2021	183.165
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2022	20.430
Saldo em 31 de dezembro de 2022	203.595
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2023	43.315
Saldo em 31 de dezembro de 2023	246.910

NOTA 11 – RECEITAS

A composição da receita líquida é a seguinte:

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	USD	USD
Receitas de empréstimos:		
Juros	139.352	69.613
Taxa de empenho	5.406	3.399
Taxa de administração	1.938	2.501
Subtotal	146.696	75.513
Receitas de investimentos:		
Juros	29.754	2.275
Outros	887	13
Receitas brutas de investimentos	30.641	2.288
Participação de fundos especiais – Nota 8.6	(909)	(179)
Receitas líquidas de investimentos,	29.732	2.109
Receitas financeiras	176.428	77.622

Outras receitas

Ganhos não realizados nos ajustes a valor justo de dívidas protegidas por operações de <i>hedge</i> cambial e de taxa – Nota 4.10	64.265	48.807
Perdas não realizadas líquidas do valor justo das operações de <i>hedge</i> a receber e a pagar – Nota 4.10	(65.655)	(42.437)
Resultados líquidos não realizados	(1.390)	6.370
Outras receitas	636	1.020
Total outras receitas	(754)	7.390

NOTA 12 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Desde 2013, o Banco adotou sistema de orçamento baseado em resultados, com indicadores que possibilitam medir os resultados atingidos e seu custo, ligando as metas de governança, operacionais, financeiras e administrativas às atividades e aos recursos para elas requeridos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Banco atingiu percentagem de execução de seu orçamento administrativo equivalente a 84% e 81%, respectivamente. A composição das despesas administrativas por tipo de atividade funcional é a seguinte:

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro	
	de	
<u>Classificação das despesas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Despesas de pessoal	8.052	7.563
Despesas de serviços	756	645
Serviços profissionais	880	838
Classificação de risco de crédito	103	78
Auditores externos	63	81
Despesas administrativas	1.960	1.229
Serviços financeiros	224	182
Total do orçamento administrativo executado	12.038	10.616
<u>Classificação de outras despesas</u>		
Depreciação	587	365
Diferenças cambiais – lucros	(257)	69
Total de despesas administrativas	12.368	11.050

NOTA 13 – ANÁLISE DE MATURIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

As tabelas abaixo apresentam análise dos ativos e passivos em função do período no qual se espera que sejam resgatados ou pagos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente:

	<u>Circulante</u> (Menos de 1 ano) USD	<u>Não circulante</u> (Mais de 1 ano) USD	<u>Total</u> USD
<u>31 de dezembro de 2023</u>			
ATIVOS			
Caixa e equivalentes de caixa	324.216	--	324.216
Investimentos			
Ao valor justo ¹	376.448	--	376.448
Ao custo amortizado	30.000	--	30.000
Carteira de Empréstimos			
Créditos a receber	214.627	1.638.675	1.853.302
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	3.292	--	3.292
Juros e taxas de empréstimos	39.466	--	39.466
Outros ativos	6.799	--	6.799
Derivativos para cobertura de dívida			
Propriedade e equipamentos, líquido	--	5.216	5.216
Diversos	1.095	303	1.398
Total Ativos	<u>995.943</u>	<u>1.644.194</u>	<u>2.640.137</u>
PASSIVOS			
Dívidas	318.494	731.553	1.050.047
Outros passivos	15.997	36	16.033
Fundos especiais	5.241	19.266	24.507
Total Passivos²	<u>339.732</u>	<u>750.855</u>	<u>1.090.587</u>
<u>31 de dezembro de 2022</u>			
ATIVOS			
Caixa e equivalentes de caixa	217.589	--	217.589
Investimentos			
Ao valor justo ¹	338.850	--	338.850
Ao custo amortizado	--	--	--
Carteira de Empréstimos			
Empréstimos a receber	169.976	1.574.420	1.744.396
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	1.374	--	1.374
Juros e taxas de empréstimos	28.182	--	28.182
Outros ativos	5	--	5
Derivativos para cobertura do fluxo de caixa			
Propriedade e equipamentos, líquido	--	5.679	5.679
Diversos	510	578	1.088
Total Ativos	<u>756.486</u>	<u>1.580.677</u>	<u>2.337.163</u>

PASSIVOS

Derivativos para cobertura do fluxo de caixa – Nota 8.5 (ii)			
Dívidas	104.601	870.742	975.343
Outros passivos	10.028	266	10.294
Fundos especiais	4.520	18.115	22.635
Total do passivo	119.149	889.123	1.008.272

¹ Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, todos os investimentos classificados como disponíveis para venda e mensuradas ao VJORA são mantidos com vistas a financiar os desembolsos esperados de empréstimos em 12 meses.

² Inclui a diferença por arredondamento.

NOTA 14 – IMUNIDADES, ISENÇÕES E PRIVILÉGIOS

Em conformidade com o estabelecido no Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios do Banco para o Desenvolvimento da Bacia do Prata no território dos Países Membros, instrumento de direito internacional devidamente ratificado pelos cinco países membros, o Banco pode ter em seu poder recursos em qualquer moeda, divisas circulantes, bem como títulos, ações, valores e bônus, podendo transferi-los livremente de um país para outro e de um local para outro no território de qualquer país e convertê-los em outras moedas.

O referido Acordo determina, igualmente, que o Banco e seus bens estão isentos, no território dos países membros, de todo imposto direto e de direitos aduaneiros, no que diz respeito a artigos importados ou exportados para seu uso oficial, acrescentando que, em princípio, não reclamará a isenção de impostos ao consumo, à venda nem de outros impostos indiretos. No entanto, os países membros adotarão, sempre que for possível, as disposições administrativas pertinentes para a isenção ou o reembolso do montante correspondente a esses impostos quando fizer, para uso oficial, aquisições de alto custo em cujo preço o imposto estiver incorporado.

De forma complementar, tanto o Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios quanto os Convênios de Sede, assinados com a Bolívia e o Paraguai, estabelecem que as propriedades, bens e ativos do Banco estarão isentos de todo tipo de impostos, contribuições e gravames, sejam nacionais, estaduais, municipais ou de qualquer outro tipo.

NOTA 15 – INFORMAÇÕES OPERACIONAIS RELEVANTES

(i) Descrição do segmento

O Banco, com base em análise de suas operações, determinou que tem um único segmento operacional a ser contabilizado. Essa determinação reconhece o fato de que o Banco, ao alocar recursos entre operações, não gerencia suas operações medindo a contribuição dessas operações individuais para o lucro líquido do Banco. O Banco não faz distinção entre a natureza dos empréstimos ou produtos, nem dos serviços prestados, de seu processo de preparação nem do método de preparação dos empréstimos e serviços prestados a seus membros. Todas as operações são realizadas na sede do Banco com apoio dos escritórios de ligação. O principal negócio do Banco são as operações de concessão de financiamento a seus cinco países membros, os quais são considerados segmentos para efeitos de áreas geográficas desta divulgação: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

(ii) Ativos por área geográfica

A composição da carteira de empréstimos por país é a que segue:

	<u>Carteira bruta</u> USD	<u>Taxas a</u> <u>creditar</u> USD	<u>Perdas por</u> <u>desvalorização</u> USD	<u>Carteira de</u> <u>empréstimos</u> USD	<u>Juros e taxas a</u> <u>receber</u> USD	<u>Total</u> USD
31 de dezembro de 2023:						
Argentina	460.838	(385)	(9.935)	450.518	10.668	461.186
Bolívia	440.617	(610)	(6.087)	433.920	8.935	442.855
Brasil ¹	258.258	(1.457)	(1.495)	255.306	3.948	259.254
Paraguai ¹	372.269	(1.007)	(786)	370.476	9.397	379.873
Uruguai ¹	345.244	(1.065)	(1.097)	343.082	6.518	349.600
Total	1.877.226	(4.524)	(19.400)	1.853.302	39.466	1.892.768
31 de dezembro de 2022:						
Argentina	490.462	(1.237)	(8.571)	480.654	8.394	489.049
Bolívia	395.009	(916)	(2.192)	391.901	6.280	398.181
Brasil ¹	208.992	(404)	(1.159)	207.429	2.682	210.111
Paraguai ¹	378.042	(314)	(705)	377.024	6.262	383.286
Uruguai	288.339	(67)	(882)	287.390	4.564	291.953
Total²	1.760.844	(2.938)	(13.509)	1.744.398	28.182	1.772.580

¹ Inclui USD 98.333 em quatro empréstimos SGS pendentes (2022 – USD 76.000). Em 31 de dezembro de 2023, as taxas/comissões acumuladas a creditar de empréstimos SGS totalizam USD 4 (2022 – USD 55) e os juros a receber, USD 798 (2022 – USD 443). A provisão para perdas esperadas em empréstimos SGS é de USD 1.560 (2022 – USD 1.094) (Nota 8.4).

² As somas horizontais e verticais podem diferir em razão de arredondamento.

A composição da carteira bruta por país e sua distribuição por tipo de projeto é a seguinte:

	<u>Infraestrutura de</u> <u>comunicações,</u> <u>transporte,</u> <u>energia e logística</u> USD	<u>Infraestrutura</u> <u>para o</u> <u>desenvolvimento</u> <u>produtivo</u> USD	<u>Infraestrutura</u> <u>para o</u> <u>desenvolvimento</u> <u>socioeconômico</u> USD	<u>Empréstimos SGS</u> USD	<u>Total</u> USD
31 de dezembro de 2023:					
Argentina	234.641	61.067	165.129	--	460.837
Bolívia	392.694	35.324	12.600	--	440.618
Brasil ¹	192.343	--	13.915	52.000	258.258
Paraguai ¹	333.518	8.751	--	30.000	372.269
Uruguai ¹	237.943	28.848	62.120	16.333	345.244
Total	1.391.139	133.990	253.764	98.333	1.877.226
31 de dezembro de 2022:					
Argentina	244.789	72.112	173.560	--	490.462
Bolívia	370.725	9.596	14.688	--	395.009
Brasil	170.387	--	8.605	30.000	208.992
Paraguai	331.542	10.501	--	36.000	378.042
Uruguai	227.133	28.848	22.358	10.000	288.339
Total²	1.344.576	121.057	219.211	76.000	1.760.844

¹ Os empréstimos SGS não se enquadram em nenhuma das classificações usadas para os financiamentos concedidos a países membros com garantia soberana (Nota 8.4).

² As somas horizontais e verticais podem diferir em razão de arredondamento.

O saldo a desembolsar em empréstimos corresponde exclusivamente a empréstimos em execução da carteira de empréstimos com garantia soberana. Sua distribuição por país é a seguinte:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
	USD	USD
Argentina	374.682	341.506
Bolívia	67.300	140.389
Brasil	412.543	285.740
Paraguai	340.654	193.947
Uruguai	152.342	22.422
Total	1.347.521	984.004

Além disso, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, os empréstimos aprovados pelo Banco e pendentes de desembolso, porque o contrato de empréstimo não havia sido assinado ou ainda aguardava ratificação do Poder Legislativo do país membro, são os seguintes:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
	USD	USD
Argentina	43.400	87.000
Bolívia	113.296	-.-
Brasil	201.000	165.130
Paraguai	-.-	175.000
Uruguai	-.-	-.-
Total	357.696	427.130

O rendimento médio da carteira de empréstimos é apresentado a seguir:

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de			
	2023		2022	
	<u>Saldo médio</u>	<u>Retorno</u>	<u>Saldo médio</u>	<u>Retorno</u>
	<u>USD</u>	<u>%</u>	<u>USD</u>	<u>%</u>
Carteira de empréstimos	1.819.035	8,06%	1.640.222	4,60%

(iii) Receitas por área geográfica

As receitas de juros e outras são apresentadas a seguir:

	Juros sobre empréstimos USD	Outras receitas operacionais USD	Total USD
De 1º de janeiro a 31 de dezembro 2023:			
Argentina	38.159	2.210	40.369
Bolívia	29.859	839	30.698
Brasil ¹	16.965	1.479	18.444
Paraguai ¹	30.439	2.686	33.125
Uruguai ¹	23.930	130	24.060
Total	139.352	7.344	146.696
De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022:			
Argentina	19.800	2.254	22.054
Bolívia	14.924	759	15.683
Brasil	8.291	1.013	9.304
Paraguai	15.130	1.508	16.638
Uruguai	11.467	366	11.833
Total	69.612	5.900	75.512

¹ Inclui juros acumulados, no total de USD 6.647, e taxa de administração, de USD 81, correspondentes a empréstimos SGS concedidos a bancos públicos de desenvolvimento do Brasil e do Paraguai e à Corporação Viária do Uruguai (2022 – USD 3.254 e USD 79, referentes a juros e outros encargos relacionados a empréstimos SGS).

NOTA 16 – ENTIDADES COLIGADAS

Conforme assinalado nas Notas 1 e 6.4, o Banco concede financiamentos com garantia soberana a seus cinco países tomadores de recursos, que, por sua vez, são seus donos e acionistas, bem como financiamentos sem garantia soberana a empresas e entidades públicas e bancos de desenvolvimento de economia mista nos âmbitos nacional e subnacional. Todas as operações de financiamento são realizadas em total cumprimento das políticas e diretrizes aprovadas pela Assembleia de Governadores, a Diretoria-Executiva ou o Presidente-Executivo, conforme requerido. Consequentemente, o Banco não realiza transações com seus países membros em termos diferentes dos estabelecidos em suas políticas e diretrizes.

Os saldos e transações mantidos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, correspondem aos saldos mantidos com o FOCOM, o PCT e o PAC, como é explicado em maior detalhe nas Notas 4.12, 4.13 e 8.6, respectivamente.

NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS

Não foram identificadas contingências que pudessem afetar de forma significativa as Demonstrações Financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

NOTA 18 – FATOS POSTERIORES

Em 18 de janeiro de 2024, a Governança do Banco recebeu formalmente carta assinada pelo Governador pela Argentina retirando a carta de intenção entregue em 21 de abril de 2023 por seu antecessor, que informava a vontade de seu país de iniciar o processo para deixar de ser membro do Banco. O Governador Titular, em sua carta, e a República Argentina, por meio de comunicado de imprensa em 22 de janeiro de 2024, ratificou a vontade de seu país de continuar como membro pleno do FONPLATA (Nota 2 B).

Em 5 de fevereiro de 2024, a Assembleia de Governadores aprovou o aumento do montante do capital autorizado de USD 3.014.200 para USD 6.500.000, tornando possível considerar aumentos futuros do capital subscrito e integralizado e autorizado, bem como a incorporação de novos membros (Nota 10).

Em 27 de janeiro de 2024, entrou em vigor o novo Convênio Constitutivo do Banco, 30 dias após a assinatura do decreto pelo Presidente do Brasil ratificando a aprovação legislativa. Com a entrada em vigor do novo Convênio Constitutivo, o capital do Banco passa a ser denominado em ações com valor nominal de USD 10 cada uma, estando prevista a admissão de novos membros, com participação de até 30% do total.

O Banco avaliou a ocorrência de fatos posteriores ao fechamento das demonstrações financeiras, até 23 de fevereiro de 2024, data da entrega das demonstrações pela Presidente-Executiva, Luciana Botafogo Brito, para autorização pela Assembleia de Governadores, com base em recomendação da Diretoria-Executiva, e não foram identificados outros eventos com possível impacto significativo nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 respectivamente.

Luciana Botafogo Brito
PRESIDENTE-EXECUTIVA

Antonio Mullisaca Díaz
PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
VICE-PRESIDENTE DE FINANÇAS